

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Internacionalização do Ensino Superior em Portugal
através dos programas Europeus de Mobilidade

Estudo de caso Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Relatório de Estágio

Diana Gasici

Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Internacionalização do Ensino Superior em Portugal
através dos programas Europeus de Mobilidade

Estudo de caso Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Relatório de Estágio

Diana Gasici

Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa

Orientação: Prof.^a Doutora Maria Alexandre Lousada

Co-Orientação: Prof.^a Doutora Alina Isabel Pereira Esteves

2016

Agradecimentos

Este trabalho apenas foi possível com a ajuda de um conjunto de pessoas a quem não poderia deixar de expressar a minha gratidão.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o apoio que me deram, pela sua insistência para que continuasse a trabalhar no Relatório, e por acreditarem que iria conseguir.

Às minhas orientadoras, Prof.^a Doutora Maria Alexandre Lousada, Prof.^a Doutora Alina Isabel Pereira Esteves e à Dra. Denise Matos Moura, pela sua paciência, compreensão e disponibilidade incondicional, que me permitiram alargar horizontes e concluir esta etapa da minha vida.

Resumo

O presente relatório foi elaborado na sequência do estágio realizado na Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual incidiu sobre a Internacionalização do Ensino Superior em Portugal através dos programas Europeus de Mobilidade.

Este trabalho tem como objetivo efetuar uma análise dos estudantes Erasmus recebidos nos últimos cinco anos (2010/11 a 2014/15) na FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), sendo este o programa que mais alunos internacionais traz à Faculdade. Esta análise nos permitirá, conhecer melhor o volume de estudantes, universidade de origem, áreas, duração da estadia, entre outros aspetos. O conhecimento acerca dos alunos não estaria completo sem a aplicação de um inquérito, onde se pretende perceber as razões para a escolha desta instituição de acolhimento e o porquê de terem escolhido Portugal e principalmente Lisboa como o seu destino de Erasmus, como descrevem a sua experiência Erasmus, saber as dificuldades e os desafios encontrados no acolhimento e integração na vida académica da Universidade de Lisboa depois de finalizarem a mobilidade, mencionando se voltariam a Portugal e quais os motivos.

O relatório é constituído por quatro capítulos. Primeiramente, será feita uma contextualização a nível mundial, seguindo-se no capítulo dois a contextualização na Europa, no sentido de compreender quais as estratégias utilizadas, os obstáculos encontrados e os desafios que o Ensino Superior tem ultrapassado ao longo das últimas décadas. O capítulo três debruça-se sobre a internacionalização do ensino superior português que tem vindo a atrair um número crescente de estudantes estrangeiros, muitos dos quais usufruindo de bolsas financiadas por programas europeus de mobilidade. E por fim, procedemos ao desenvolvimento do estudo de caso da Faculdade de Letras.

Palavras-chave: Internacionalização, Ensino Superior, Programa Erasmus.

Abstract

This report has been prepared following the internship held in the External Relations Division of the International Cooperation Center in the Faculty of Letters of the University of Lisbon, which focused on the Internationalization of Higher Education in Portugal through the European Mobility Programs.

This work aims to analyze the Erasmus students received in the last five years (2010/11 to 2014/15) at the Faculty of Letters in the University of Lisbon, which is the program that brings most international students to the Faculty. This analysis will allow us to understand better the volume of students, university of origin, areas, length of stay, and other aspects. The information about the students would not be complete without using a questionnaire, that serves to understand the reasons for choosing this host institution and why they have chosen Portugal and mainly Lisbon as their Erasmus destination. They also include their Erasmus experience, the difficulties and challenges encountered in the reception and integration in the academic life of the University of Lisbon during the mobility, mentioning if they would like to return to Portugal and for what reasons.

The report consists of four chapters. Firstly, a contextualization will be carried out at world level, followed by the European contextualization in chapter two, in order to understand what strategies have been used, the obstacles encountered and the challenges that the Higher Education has exceeded in the last decades. This is followed by chapter three on the internationalization of Portuguese higher education, which has increasingly attracted a growing number of foreign students, many of whom have been awarded scholarships funded by European mobility programs. And finally, we proceeded to the development of the case study of the Faculty of Letters.

Key words: Internationalization, Higher Education, Erasmus Program.

Índice

Índice de gráficos.....	VIII
Índice de tabelas.....	IX
Lista das Siglas.....	IX
Introdução.....	11
Capítulo I - Internacionalização do Ensino Superior.....	13
1.1 Razões que impulsionam a internacionalização.....	13
1.2 Estratégias de internacionalização das universidades.....	14
1.3 Diferença entre a globalização e a internacionalização do Ensino Superior	17
1.3.1. Os aspetos negativos e principais obstáculos	18
1.4 Internacionalização do Ensino Superior no Mundo.....	20
Capítulo II - Internacionalização do Ensino Superior na Europa.....	24
2.1 Os aspetos preliminares da cooperação no domínio da Educação na Europa.....	25
2.2 Desafios das Instituições de Ensino Superior.....	32
2.3 Os objetivos da estratégia da UE 2020.....	34
2.4 Mobilidades de Estudo na Europa: ERASMUS.....	36
2.4.1 Análise evolutiva do programa Erasmus.....	38
2.4.2 ERASMUS +.....	41
Capítulo III - Internacionalização do Ensino Superior em Portugal.....	44
3.1 Estratégias e recomendações para a internacionalização do ensino superior português.....	47
Capítulo IV - Estudo empírico: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.....	51
4.1 Descrição da metodologia de investigação utilizada	51
4.2 Análise dos dados do estudo empírico.....	52
4.2.1 Mobilidade Erasmus na FLUL.....	52
4.2.2 Os alunos Erasmus nos anos letivos de 2010 a 2015.....	57
4.3 Considerações finais.....	60
Conclusão.....	61
Referências bibliográficas.....	65
Apêndice.....	71

Apêndice I - Recolha dos dados da Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.....	72
Apêndice II – Questionário para estudantes Erasmus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Questionnaire for Erasmus student in Faculty of Letters (ULisboa))	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Previsão dos estudantes internacionais do ensino superior a nível mundial até 2025.....	21
Gráfico 2: Estudantes internacionais e estrangeiros matriculados no ensino superior no ano 2014 a nível mundial.....	22
Gráfico 3: Distribuição dos estudantes nos países de OCDE, por região de origem em 2014.....	23
Gráfico 4: Evolução de participantes na mobilidade Erasmus desde 1987/88 a 2013/2014.	38
Gráfico 5: País de origem dos estudantes Erasmus no ano 2013/14.....	40
Gráfico 6: País de destino dos estudantes Erasmus no ano 2013/14.....	40
Gráfico 7: Estudantes <i>incoming</i> por género na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15.....	53
Gráfico 8: Idade dos estudantes <i>incoming</i> na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15.....	53
Gráfico 9: Estudantes <i>incoming</i> por período de estudo na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15	54
Gráfico 10: Nível académico dos Estudantes <i>incoming</i> na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15	55
Gráfico 11: Áreas de Estudo dos estudantes <i>incoming</i> na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15	56
Gráfico 12: Estudantes <i>incoming</i> por país de origem na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15.....	57

Índice de Tabelas

Tabela1: Tipos de estratégias para a internacionalização.....	16
Tabela2: Riscos da internacionalização.....	19
Tabela3: As reuniões dos Estado-Membros e as decisões tomadas desde 2001 a 2015.....	31
Tabela4: A universidade Portuguesa que mais estudantes envia e recebe no ano 2014.....	46

Lista de Siglas

ALV - Aprendizagem ao Longo da Vida

CIESP - Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior Português

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DRE - Divisão de Relações Externas

ECTS - European Credit Transfer System /Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos

EE - Estados Europeus

EEES - Espaço Europeu do Ensino Superior

EHEA - European Higher Education Area ou Área Europeia de Ensino Superior

EM - Estados-Membro

EQAR - Registo Europeu das Agências de Garantia de Qualidade do Ensino Superior

ERASMUS - EuRopean Community Action Scheme for the Mobility of University Students ou Ação Europeia para o Regime de Mobilidade de Estudantes Universitários

EUA - Estados Unidos da América

EURES - European Employment Services - Serviços Europeus de Emprego

FLUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

IAU - International Association of Universities

ICLP - Instituto da Língua e Cultura Portuguesa

IES - Instituições de Ensino Superior

MOOC - Massive Open Online Course

NCI - Núcleo de Cooperação Internacional

NOC - Núcleo de Orientação, Gestão e Aconselhamento de Carreira

NRE - Núcleo de Relações Externas

OECD/OCDE - Organisation for Economic Co-operation and Development ou
Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ONG - Organização não Governamental

PLE - Português Língua Estrangeira

QEQ - Quadro Europeu de Qualificações

QFP - Quadro Financeiro Plurianual

RAIDES - Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior

UAb - Universidade Aberta

UE - União Europeia

Introdução

A internacionalização das instituições de ensino superior, mais do que um tema atual, tornou-se uma realidade cada vez mais presente. Hoje em dia, são cada vez mais os estudantes que optam por estudar fora do seu país de origem. Os motivos que levam os estudantes a viver esta experiência é nomeadamente o facto de quererem conhecer novas pessoas e culturas, visitar novos países, viver fora de casa, procurar novos saberes que não podem ser adquiridos no país de origem e aperfeiçoar o seu conhecimento de línguas estrangeiras. No entanto, cada estudante tem o seu motivo particular, mas seja qual for, esta nova experiência proporcionar-lhe-á um elevado enriquecimento tanto a nível académico, profissional como pessoal, que não poderá ser adquirido no seu país de origem.

A mobilidade dos estudantes aumentou significativamente nas últimas décadas, num contexto marcado pela internacionalização das instituições de ensino superior.

Acompanhando esta tendência mundial e europeia, a Universidade de Lisboa, e no caso específico que pretendemos analisar, a Faculdade de Letras, tem acolhido um crescente número de alunos estrangeiros, muitos dos quais usufruindo de bolsas financiadas por programas europeus de mobilidade.

No caso particular da Faculdade de Letras, o programa que tem permitido a chegada de maior número de alunos é o Programa Erasmus, que entrou em vigor em 1987, e que mais tarde, em 2014, veio a ser substituído por um programa que reuniu num só todas as iniciativas da UE (União Europeia) executadas durante o período 2007-2014 no domínio da educação, formação, juventude e desporto, nomeadamente, iniciativas antes ao abrigo dos programas Erasmus, Leonardo da Vinci, Comenius, Grundtvig, Erasmus Mundus, Jean Monnet, Alfa, Edulink, Juventude em Ação e o Desporto, o novo Programa Erasmus +.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo identificam-se as razões, as estratégias e os obstáculos da Internacionalização do Ensino Superior, estabelece-se a diferença entre globalização e internacionalização, sendo que os dois termos são constantemente confundidos, e faz-se uma contextualização da internacionalização do ensino superior no mundo.

No segundo capítulo, como ponto de partida, serão descritos os aspetos preliminares da cooperação no domínio da educação na Europa, de forma a perceber,

desde quando a educação começou a surgir na agenda comunitária, quais os desafios que as IES (Instituições do Ensino Superior) têm de enfrentar, as decisões tomadas e os objetivos definidos para o futuro da educação na Europa. Será abordado também, o programa Erasmus, sendo este o mais bem-sucedido e aquele que mais se destina a apoiar as atividades europeias das IES. Posto isto, elaboraremos uma análise da evolução do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (2007 – 2014) para o programa Erasmus+ (2014 – 2020).

No terceiro capítulo abordaremos a forma como o ensino superior português tem vindo a atrair um número crescente de estudantes estrangeiros, devido sobretudo a programas de mobilidade e intercâmbio. Pretende-se, também, conseguir perceber como é realizada a internacionalização das IES portuguesas e que tipo de estratégias o Estado Português têm utilizado para responder ao enorme desafio que é a internacionalização.

No quarto e último capítulo, será apresentado o estudo empírico que se divide em duas partes. A primeira parte do estudo, analisa e sistematiza, a informação estatística recolhida pela Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa nos últimos 5 anos (2010/11 a 2014/15), o que nos permitirá conhecer melhor o volume de estudantes, universidade de origem, áreas científicas, duração da estadia, entre outros aspetos. A segunda parte do estudo, baseia-se na análise a um questionário realizado em língua inglesa aos estudantes Erasmus, através da plataforma *Survio*. O questionário foi enviado via *e-mail* para os alunos Erasmus que frequentaram a FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), nos anos letivos de 2010/11 a 2014/15. Com base nas respostas a este questionário, é possível perceber quais são as razões que levaram os estudantes a participar no programa Erasmus, o porquê de terem escolhido Portugal e principalmente Lisboa como o seu destino de Erasmus, como descrevem a sua experiência depois de finalizarem a mobilidade, mencionando se voltariam a Portugal e quais os motivos.

Por fim, terminamos com uma breve conclusão do trabalho onde serão feitas também recomendações.

Capítulo I

Internacionalização do Ensino Superior

1.1 Razões que impulsionam a internacionalização

O início do século XXI trouxe consigo a reiteração de uma velha aspiração: os complexos problemas económicos, políticos e culturais da sociedade contemporânea, os quais podem ser resolvidos através da educação e, de modo especial, pelas IES. Numa sociedade baseada na globalização e no conhecimento, a cooperação entre as universidades e o setor produtivo tornou-se uma tarefa cada vez mais necessária (Teixeira: 2009)¹.

As universidades têm enfrentado novos desafios com o desenvolvimento da sociedade contemporânea, implementando assim, um ensino superior mais eficaz e coerente. Evelázio Teixeira na *Tradição e inovação: um desafio para a universidade do século XXI*, menciona três causas que na sua opinião são a principal razão da mudança que a universidade tem enfrentado ao longo destes anos: a globalização, a revolução científico-tecnológica e a redefinição do papel do Estado. Agregam-se ainda, cinco outros processos que contribuíram para a mudança no ensino superior (Teixeira, 2009: p.66).

Primeiro processo: “A aplicação tecnológica na vida académica numa sociedade sustentada pelo conhecimento e pelo avanço de novas tecnologias tem vindo a proporcionar uma mudança quantitativa e qualitativa no âmbito do ensino superior. As novas investigações e recentes descobertas científicas ocupam o ciberespaço e unem laboratórios, professores, investigadores e estudantes. Sendo que a rede global internet é utilizada em videoconferências, em leituras de livros e revistas eletrónicas, o que aumenta a possibilidade de agilizar a busca de informação e dispor da mesma” (Teixeira, 2009: p.66);

Segundo processo: As tendências educacionais dos estudantes e dos professores têm vindo a orientar-se na direção da internacionalização do ensino superior com a formação de futuros profissionais sem fronteiras. Deste modo, a tendência é concluir cursos do ensino superior em instituições nacionais ou estrangeiras;

¹ Teixeira, E. *Tradição e inovação: um desafio para a universidade do século XXI*. Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 65-70, jan./abr. 2009

Terceiro processo: O futuro das universidades consiste em apostar numa educação de cidadãos ao longo das suas vidas, isto é, sem limitação de idade, bem como no direito à igualdade de oportunidades;

Quarto processo: A questão da empregabilidade, o ensino superior deverá incorporar de forma dinâmica as rápidas transformações das bases científicas e dos avanços tecnológicos, integrando práticas modernizadas no processo formativo;

Quinto processo: “O novo papel dos professores e alunos no processo de aprendizagem traduz-se em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Isto significa que o conhecimento está tendencialmente a criar indivíduos autónomos e que saibam conviver em liberdade. Desta forma, os professores devem passar de uma conceção de “transmissores de conhecimento” para “condutores de alunos”, orientando o seu trabalho de modo a serem vistos como tutores e guias do estudante” (Teixeira, 2009: p.66).

Perante estas causas de mudança no ensino superior, encontra-se visivelmente patente o desafio de demonstrar que temos capacidades para nos adaptarmos de forma rápida e eficaz a este ambiente de mudança, por mais inóspito que o mesmo possa ser.

Desta forma, relembramos a grande missão da Conferência Mundial do Ensino Superior (Paris, 1998: pag.2-3)² - Independentemente da religião, cultura, língua, raça, sexo e possíveis disparidades económicas a missão fundamental das instituições do ensino superior é educar, capacitar e realizar pesquisa que a longo prazo contribua para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da sociedade como um todo. O principal objetivo é promover a liberdade académica e a autonomia das instituições do ensino superior, mantendo ao mesmo tempo a sua responsabilidade social para que o sistema de ensino superior seja adaptado às necessidades da sociedade.

1.2 Estratégias de internacionalização das Universidades

“Para assegurar um crescimento sustentável no setor global de educação, as universidades de todo o mundo têm que adotar estratégias operacionais eficazes. A adoção da dimensão internacional tanto nas atividades académicas como nos fatores organizacionais é fundamental para uma implementação bem-sucedida e sustentável de "estratégias de internacionalização" em uma instituição educacional” (Jofin 2009 cit. Knight, 2004: p.16).

² UNESCO. *World Conference on Higher Education in the Twenty-first Century: Vision and Action*; Paris; 1998. Paris: UNESCO,1998, (p2-3).

A universidade de Tóquio (2005) citada por Jofin (2009) referiu cinco estratégias importantes para a internacionalização das IES:

- Aprisionamento de um alto nível de educação reconhecido internacionalmente;
- Aperfeiçoamento das atividades de investigação de forma a fortalecer as redes de investigação internacional;
- Promoção a cooperação com a sociedade internacional;
- Melhoria das infraestruturas para promover a “internacionalização interna”³;
- Formulação de um plano de internacionalização a longo prazo.

Estas estratégias têm implicações globais que requerem a participação de toda a instituição para os esforços de internacionalização em instituições de ensino superior. Por outro lado, Qiang (2003, p.10-12)⁴ e Knight (1999, p.23-26)⁵ referem que existem dois tipos de estratégias, as estratégias ao nível dos programas e as organizacionais. Ambas são necessárias para internacionalizar uma instituição de ensino. Estas estratégias são diferentes, mas complementam-se e reforçam-se uma à outra.

As estratégias de programa, que se dividem em quatro categorias essenciais: programas académicos, atividades escolares e investigação, atividades extracurriculares, relações externas e serviços, tanto a nível interno como externo.

As estratégias organizacionais, incluem políticas, procedimentos, infraestruturas e sistemas de suporte que facilitam e sustentam a dimensão internacional de uma universidade. Esta estratégia também se divide em 4 categorias genéricas: administração, operações, serviços e recursos humanos.

3 *Internacionalização interna* - programa de mobilidade nacional de estudantes com o objetivo de promover a qualidade e reforçar a dimensão nacional do Ensino Superior. Por exemplo, em Portugal o Programa Almeida Garrett é um programa de mobilidade nacional, oferece a possibilidade de efetuar um período de estudos, com pleno reconhecimento académico, numa universidade pública portuguesa.

4 Qiang, Z. **Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework**. *Policy Futures in Education*, Vol1, nº2, 248-270, 2003.

5 Knight, J. **Internationalisation of Higher Education. Quality and Internationalization in Higher Education**. OECD, 1999

O quadro abaixo ilustra uma seleção de estratégias que se inserem nas categorias das estratégias de programa e organizacionais. Sugeridas pelos autores Qiang e Knight (Tabela.1).

Estratégias de Programa		Estratégias Organizacionais	
Programas Acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de intercâmbio de alunos; • Estudo de língua estrangeira; • Currículo internacionalizado; • Estudos por área ou temáticos; • Processo de ensino/aprendizagem; • Programas de mobilidade de docentes/funcionários não docentes; • Visitas de docentes e acadêmicos. 	Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Compromissos expressos pelos órgãos de gestão; • Envolvimento ativo de docentes e funcionários não docentes; • Reconhecimento da dimensão internacional nas declarações da missão institucional.
Colaboração na Investigação e Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de investigação conjuntos; • Seminários e conferências internacionais; • Acordos de investigação internacionais; • Parceiros de investigação internacionais em sectores académicos e outros. 	Operações	<ul style="list-style-type: none"> • Integração na instituição e departamento/ planeamento a nível escolar, sistemas de organização e controlo de qualidade; • Estruturas organizacionais apropriadas; • Sistemas (formais e informais) para comunicação, ligação e coordenação; • Equilíbrio entre a gestão e a promoção da internacionalização a nível central e a nível descentralizado; • Apoio financeiro adequado e alocação de sistemas de recursos.
Relações Externas	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias baseadas na comunidade com organizações não governamentais ou grupos do sector público ou privado; • Serviço comunitário e projeto intercultural Estrangeiras; • Desenvolvimento de programas internacionais de assistência; • Contrato de formação, programas de investigação e serviço; • Programas estrangeiros para antigos alunos. 	Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio dos serviços da instituição a nível de alojamento, registos, aconselhamento, financiamento etc; • Envolvimento de unidades académicas de apoio à aprendizagem de línguas, desenvolvimento curricular, formação de docentes e funcionários; • Serviços de apoio aos estudantes em mobilidade incoming e outgoing como programas de orientação, aconselhamento, treino intercultural e tutores.
Atividades extra-curricular	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de estudantes; • Eventos interculturais e internacionais; • Grupos de apoio social, cultural e académico. 	Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de recrutamento e seleção que reconheçam a experiência internacional; • Políticas de promoção e reconhecimento das contribuições por parte de docentes e funcionários para a internacionalização; • Desenvolvimento de atividades profissionais a nível de docentes e funcionários; • Apoio a compromissos internacionais.

Tabela 1. Tipos de estratégias para a internacionalização.

Fonte: Qiang, Z. Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework. Policy Futures in Education, Vol1, nº2, 248-270, 2003. (http://www.ses.unam.mx/docencia/2007II/Lecturas/Mod2_Qiang.pdf) e Knight, J. Internationalisation of Higher Education. Quality and Internationalization in Higher Education. OECD, 1999 (<http://cdigital.uv.mx/bitstream/123456789/39447/1/Quality.pdf#page=46>)

Cada instituição deve clarificar os motivos pelos quais se quer internacionalizar e os objetivos que pretende atingir. Quando os motivos e os objetivos estão articulados, o próximo passo é assegurar que as estratégias do programa apoiem e apresentem consistência de acordo com a intenção e as expectativas de internacionalização da instituição (Knight: 1999).

1.3 Diferença entre a globalização e a internacionalização do Ensino Superior

Os termos globalização e internacionalização são constantemente confundidos. No entanto, os dois termos possuem significados diferentes, como se pode constatar nas várias definições que são utilizadas no âmbito do ensino superior.

Em entrevista ao jornal *Extra Classe* (2014)⁶ Jane Knight, explica que “A globalização é um processo que incide sobre o fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economia, valores, cultura, conhecimento, bens, serviços e tecnologia. A internacionalização da educação superior é o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global sobre os objetivos, ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços de uma universidade ou de um sistema de ensino superior. A internacionalização enfatiza a relação entre as nações, culturas, instituições e sistemas, embora a globalização acentue o conceito de fluxo mundial de economia, ideias, cultura etc. A diferença entre o conceito de “fluxo mundial” e a noção de “relação entre nações” é ao mesmo tempo surpreendente e profunda. Assim, esses dois conceitos estão muito relacionados entre si, mas ao mesmo tempo são diferentes”.

Para Altbach e Knight (2007)⁷, a globalização está diretamente relacionada com o contexto de tendência económica e académica do século XXI. Enquanto a internacionalização pode ser definida por um conjunto de políticas e práticas empreendidas por sistemas académicos, instituições e indivíduos com o principal objetivo de saber lidar com o ambiente académico à escala mundial.

Numa outra perspetiva Bartell (cit. por Morosini 2006)⁸ diz que, a internacionalização está relacionada com trocas internacionais e a globalização com a fase avançada do processo que envolve a internacionalização. O autor aponta diversas formas de internacionalização do ensino superior: presença de estudantes estrangeiros num determinado *campus* académico; número de conferências de pesquisa internacional; universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre as instituições; o grau de imersão internacional no currículo, entre outros.

Na opinião de Teichler (2004)⁹, o processo de internacionalização do ensino superior está relacionado com três termos: internacionalização, globalização e europeização.

6 Gotardo, G (2014): Entrevista Jane Knight: Universidades apostam na internacionalização. nº 185.

7 Altbach, G; Knight, J. *The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities*; 290-305, 2007.

8 Morosini, M. *Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas** The state of knowledge in the internationalization of higher education – Concepts and practices, 107-124, 2006

9 Teichler, T. *The changing debate on internationalisation of higher education*, Higher Education 48: 5–26, 2004.

Existem semelhanças entre os termos, no entanto, cada termo tem o seu significado específico:

- a internacionalização é frequentemente abordada em termos de mobilidade, cooperação académica e transferência de conhecimento, pelo que a internacionalização apresenta maior tendência para alargar as fronteiras dos sistemas nacionais do ensino superior;
- a globalização é muitas vezes associada à concorrência e à comercialização do ensino, onde as fronteiras podem vir a desaparecer.
- a europeização é uma versão de internacionalização e globalização. No entanto, internacionalização é um termo mais adequado, pois além da cooperação e mobilidade, trata da integração, convergência de contextos, estruturas e matérias, ou seja, engloba a dimensão europeia do cidadão e da cultura.

Em síntese, apesar de existirem algumas divergências entre os autores, podemos verificar que a globalização do Ensino Superior é um fenómeno de relevo na vertente educativa, mas com extrema importância no que respeita à área económica e cultural. Enquanto a internacionalização, é relativa às práticas exercidas no âmbito da educação por governos e instituições, visando a mobilidade e / ou transferência de conhecimento do sistema educacional de um Estado para o sistema de outro Estado. “A globalização pode ser inalterável, mas a internacionalização envolve muitas escolhas” (Altbach e Knight, 2007: p.291). A internacionalização está a mudar o mundo do ensino superior e consequentemente, a globalização está a mudar o mundo da internacionalização (Knight: 2008)¹⁰.

1.3.1. Os aspetos negativos e principais obstáculos

Embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios pode significar ignorar os riscos e as consequências negativas. (Knight: 2012).

A tabela que se segue elaborada pela IAU (*International Association of Universities*), *Internationalization of Higher Education Practices and Priorities: 2003 Survey Report*¹¹, enumera os riscos por região a que o ensino superior se depara devido

¹⁰ Knight, J. Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization, Boston, 2008.

¹¹ O presente inquérito, foi entregue a 621 membros da IAU. Sendo que, a taxa de resposta foi de apenas 28%, o que significa apenas 176 membros de 66 países diferentes completaram o inquérito.

às consequências da internacionalização, na qual o número um tem a classificação mais alta.

	Brain Drain	Cultural Identity	Increased Costs	Programs in English Language	No Risks
Africa	1	2			
Asia			1		2
Europe	1			2	
Latin America	2	1			
Middle East	1	2			
North America	2		1		

Tabela 2. Riscos da internacionalização.

Fonte: Internationalization of Higher Education Practices and Priorities: 2003 IAU Survey Report, p 14.: (<http://archive.www.iau-aiu.net/internationalization/pdf/Internationalisation-en.pdf>)

Importa referir que, a perda de pessoas com competências (*brain drain* – fuga de cérebros), a perda da identidade cultural, os programas académicos de língua inglesa e os custos da educação, são os riscos mencionados, segundo a IAU (*International Association of Universities*).

Em termos de riscos, a fuga de cérebros (*brain drain*) aparece como o risco mais mencionado. *Brain drain* significa que os estudantes académicos e professores deixam permanentemente o país ou não regressam após um período no estrangeiro.

Sobre este assunto John Jofin, explica “Quando um grande número de académicos, alunos e professores deixam um país desenvolvido e vão para outro país, o país de origem perde os seus recursos humanos competentes. Assim, o país desenvolvido vê isto como um “brain drain” enquanto que o país em desenvolvimento considera como uma “brain gain”, pois quando um perde o outro ganha” (Jofin, 2009: p.13).

Os inquiridos da Ásia e a América do Norte consideraram que o maior risco da internacionalização é o custo da educação. Uma vez que, quanto maior é o número de alunos estrangeiros, maiores são os custos associados aos mesmos.

Os respondentes da Europa mencionam os programas académicos em língua inglesa como um dos principais riscos. Os novos programas e cursos que estão a ser desenvolvidos e oferecidos em inglês constituem a principal preocupação por comprometerem a preservação e promoção da sua língua nacional como meio de ensino e conseqüente perda de identidade.

Três regiões: África, América Latina e Médio Oriente, identificaram a erosão da identidade cultural como um grande risco de internacionalização.

Apesar de haver um crescimento considerável da sensibilidade para a internacionalização do ensino superior, existem ainda muitas barreiras que condicionam a implementação bem-sucedida e sustentada ao nível institucional. O futuro da internacionalização do ensino superior enfrenta, portanto, muitos desafios (Jofin: 2009)¹².

Segundo a IAU (2003), nas IES, os principais obstáculos para a implementação da internacionalização são os seguintes:

- Falta de política/estratégia para facilitar o processo de internacionalização;
- Falta de apoio financeiro;
- Dificuldade administrativa;
- Pessoal inexperiente na área;
- Não reconhecimento do trabalho no estrangeiro;
- Falta de informação fiável e abrangente.

De acordo com a IAU (2003), o obstáculo mais importante para as instituições no processo de internacionalização é a falta de apoio financeiro para adotar as estratégias de internacionalização mais produtivas e inovadoras. O que significa que, se as IES não tiverem financiamento suficiente, não têm formas de acompanhar o desenvolvimento da internacionalização.

1.4 Internacionalização do Ensino Superior no Mundo

O ensino superior está a adquirir uma dimensão internacional crescente. Os estabelecimentos de ensino superior aceitam cada vez mais estudantes de vários países através dos processos de intercâmbio de estudantes, docentes e projetos de investigação.

As expectativas dos alunos também estão a mudar, pois cada vez mais podem escolher o que aprender, como aprender e quando aprender em função das suas necessidades e interesses individuais, estando aptos a fazê-lo no seu país de origem ou no estrangeiro.

Paralelamente às expectativas dos alunos exigem às IES em melhorar a qualidade dos seus cursos, atrair e conservar os melhores alunos. Deste modo, a internacionalização

12 JOFIN, J. "Internationalisation of higher education": An evaluation study of internationalisation efforts at the University of Chester. (Unpublished master's thesis). University of Chester, United Kingdom, 2009.

do ensino superior ajudará a preparar os alunos para a vida num mundo globalizado, melhorando a sua experiência e conhecimentos, bem como a sua empregabilidade e produtividade.

Atualmente, perante a nova era de conhecimento e do rápido desenvolvimento tecnológico que assistimos, a distância entre as instituições reduz-se, aumentando a cooperação e a competitividade entre as instituições. Neste contexto, o ensino superior tem passado por um desenvolvimento, modernização e internacionalização do ensino, apostando no *e-learning* e *Eduroam* e em alguns países na instalação do *campi*. Este desenvolvimento é influenciado pelos docentes e investigadores, que nos últimos anos têm participado em vários projetos e investigações internacionais e pelo aumento do número de estudantes, que têm acedido ao ensino superior. “No virar do século, havia cerca de 99,4 milhões de estudantes no ensino superior em todo o mundo. As projeções da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico), para o ano de 2030, apontam para cerca de 415 milhões de estudantes e, em 2035, para 520 milhões de estudantes, ou seja, um aumento superior a quatro vezes no espaço de uma geração” (MADR/MEC, 2014: p.30).

Relativamente ao número de estudantes internacionais a nível global, apresenta-se, uma evolução de um milhão de estudantes, em 1975, para cerca de 4,3 milhões, em 2011, prevendo-se que atinja um valor da ordem dos 7,2 milhões em 2025 (MADR/MEC, 2014: p.31) (Gráfico 1).

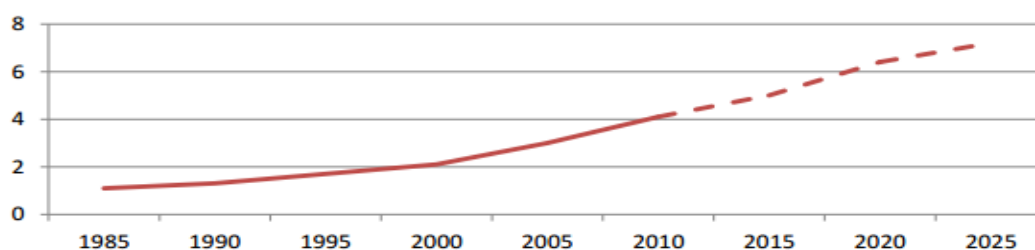


Gráfico 1: Previsão dos estudantes internacionais do ensino superior a nível mundial até 2025.

Fonte: MADR/MEC - Grupo de Trabalho. Relatório. (2014) Uma Estratégia para a Internacionalização do Ensino Português: *Fundamentação e Recomendações*. p.31.

O relatório divulgado pela OCDE, *Education at a Glance 2016*, disponibiliza uma fonte de dados e indicadores de referência sobre o estado da educação no mundo. O gráfico que segue, apresenta os valores dos estudantes internacionais e estudantes estrangeiros matriculados no ensino superior no mundo. O termo, “estudantes

internacionais, refere-se a estudantes que se deslocam do seu país de origem para outro país com o propósito de estudar” (OCDE 2016: p.337). Quanto aos “estudantes estrangeiros, concerne a estudantes que não são cidadãos dos países em que estão inscritos, mas podem ser residentes de longa duração” (OCDE 2016: p.336).

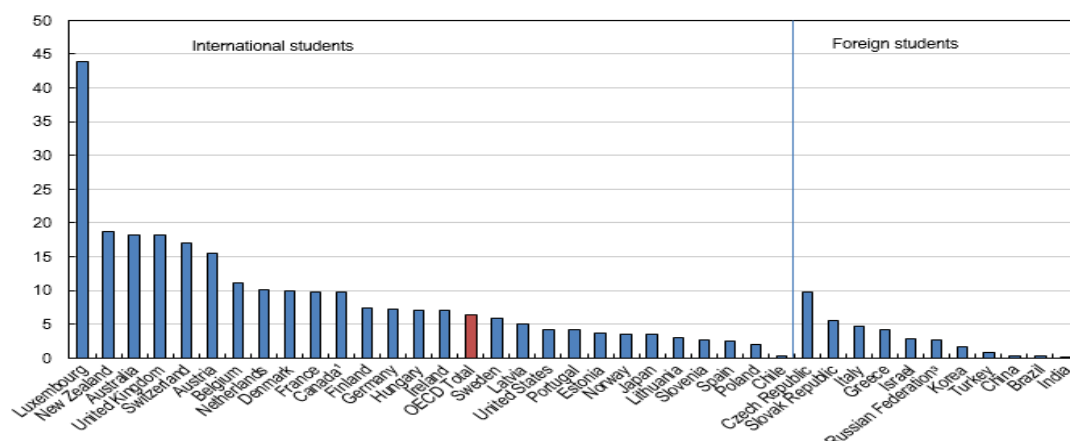


Gráfico 2: Estudantes internacionais e estrangeiros matriculados no ensino superior no ano 2014 a nível mundial.
Fonte: OECD. (2016). Education at a Glance: *OECD Indicators* p.328.

A Austrália, a Áustria, o Luxemburgo, a Nova Zelândia, a Suíça e o Reino Unido têm a maior percentagem de estudantes internacionais matrículas do ensino superior, fora do seu país de origem. O Luxemburgo apresenta os valores mais elevados, com 44% dos estudantes internacionais. O valor elevado dos estudantes internacionais no Luxemburgo deve-se ao facto de os países vizinhos, isto é, “muitos estudantes alemães, belgas e franceses que moram ou tem familiares a viver a poucos quilómetros de distância do sítio onde estudam” (OCDE 2016: p. 333) preferem estudar no país vizinho, visto que, o ensino tem melhor qualidade e sabem que terão maior oferta de emprego. Seguidamente, a Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido apresentam um valor de 18%. Em oposição, Chile, Polónia e Espanha, apresentam os valores mais baixos de estudantes internacionais matriculados. Quanto ao valor de 10% da República Checa e 6% da Eslováquia, refere-se os estudantes estrangeiros, matriculados no ensino superior (Gráfico 2).

Dentro dos países de OCDE, 6% dos estudantes matriculados no ensino superior em 2014 eram estudantes internacionais.

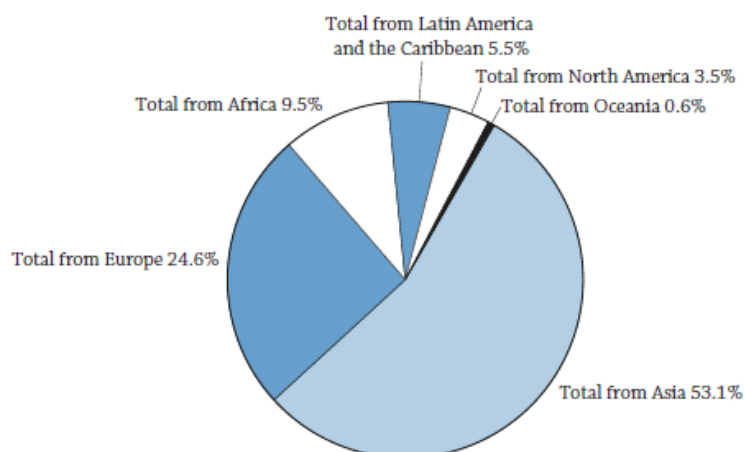


Gráfico 3: Distribuição dos estudantes nos países de OCDE, por região de origem em 2014.

Fonte: OECD. (2016). Education at a Glance: *OECD Indicators* p.332.

Os estudantes da Ásia formam o maior grupo de estudantes internacionais matriculados nos países de OCDE, com 53%. As outras regiões, que apresentam uma percentagem significativo dos estudantes matriculados na OCDE são da Europa com 24,6% e dos países africanos com 9,5% (Gráfico 3).

Os estudantes internacionais têm vindo a ser cada vez mais seletivos na escolha do seu destino de estudo. Com base na qualidade do ensino que o país recetor oferece; a língua falada e usada na instituição de acolhimento; o valor das propinas, representam uma parte substancial do custo do estudo, em alguns países da OCDE, os valores das propinas são distintos entre os estudantes nacionais e estudantes internacionais; a política da imigração, vários países da OCDE facilitaram as suas políticas de imigração para incentivar a imigração temporária ou permanente de estudantes internacionais (OECD 2016, p: 333-336).

Os estudantes do século XXI, são mais aventureiros e curiosos no que refere à novidade, deste modo, são cada vez mais conscientes de que as oportunidades em realizar um estágio ou estudar fora por um determinado tempo, fora do seu país de origem, só traz benefícios.

Capítulo II

Internacionalização do Ensino Superior na Europa

Como referido anteriormente a globalização e o desenvolvimento tecnológico estão a mudar radicalmente o panorama do ensino superior. Nos próximos vinte anos, espera-se que a procura do ensino superior aumente exponencialmente de 99 milhões de alunos atualmente em todo o mundo para 415 milhões em 2030 (COM: 2013)¹³.

A cooperação a nível da UE (União Europeia), e num quadro europeu mais amplo, já facilitou o desenvolvimento de um elevado nível de compatibilidade e intercâmbio entre as IES e os sistemas do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES). O Processo de Bolonha, programas como ERASMUS (EuRopean Community Action Scheme for the Mobility of University Students), Tempus¹⁴, Erasmus Mundus¹⁵ e Marie Curie¹⁶ e alguns instrumentos de transparência como o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) e o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) ajudaram os sistemas nacionais de ensino superior da UE a alcançar um grau significativo de internacionalização intraeuropeia (COM: 2013).

Todos estes instrumentos foram as peças-chave que contribuíram para que a Europa seja uma das regiões mais avançada, abrangente, transparente e acessível a nível internacional.

Os Estados-Membros e a UE são responsáveis pelo desenvolvimento e pelo reforço do EEES. Pelo que, tem sido necessário um esforço conjunto para construir um sistema de ensino superior inclusivo, que ofereça igualdade de oportunidades, conhecimentos e competências atualizados e inovadores, eliminando os obstáculos à mobilidade e permitindo uma colaboração equilibrada e eficiente entre todas as partes interessadas (Tökés:2012)¹⁷.

13 COM, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Ensino Superior Europeu no Mundo, Bruxelas, 2013.

14 **Tempus**: É o Programa da União Europeia que apoia a modernização do ensino superior nos países parceiros da Europa Oriental, da Ásia Central, nos Balcãs Ocidentais e da Região Mediterrânica.

15 **Erasmus Mundus**: É um programa de cooperação e mobilidade, no domínio do ensino superior, que promove a União Europeia. O programa apoia cursos europeus de mestrado de elevada qualidade e, reforça a visibilidade e a atratividade do ensino superior europeu nos países terceiros.

16 **Marie Curie**: Dá apoio à formação e ao desenvolvimento das carreiras profissionais na área da investigação e é principal programa europeu a nível de doutoramento.

17 Tökés, L. **sobre a Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa**, Comissão da Cultura e da Educação, Parlamento Europeu, 2012.

2.1. Os aspetos preliminares da cooperação no domínio da Educação na Europa

Uma vez que a economia europeia começou a dar sinais de recuperação nos finais dos anos 60 e inícios de 70, foi possível abrir novas áreas de reestruturação económica, nomeadamente no domínio da educação, até à data, todos os esforços foram canalizados para a reconstrução económica, pós II Guerra Mundial. A cooperação em termos educativos começou a desenhar-se no Ato Único Europeu em 1986 e, um pouco mais tarde, em 1992 com o Tratado de Maastricht, o qual deu uma nova forma à integração europeia com a criação da UE e alargamento das suas competências (Santiago, 2009: p.37)¹⁸.

“É então, em Novembro de 1971, que a educação surge pela primeira vez na agenda comunitária, com a primeira reunião dos ministros da educação no seio do conselho de ministros” (Santiago, 2009: p.39). No entanto, só na “reunião dos Ministros da Educação de 6 de Junho de 1974 é adotada uma resolução relativamente à cooperação no domínio da educação que lança as bases da cooperação nesta área. Os seus princípios enunciam que essa cooperação deve corresponder aos objetivos e interesses específicos da área, sem a considerar como parte integrante da vida económica, mas tendo em conta a especificidade de cada país. A cooperação se faça até ao ponto de garantir um acesso à educação, sem discriminação, de todos os migrantes e que os diplomas e períodos de estudo sejam reconhecidos pelos vários países, de forma a eliminar os obstáculos e, por conseguinte, promover a mobilidade e a liberdade de circulação de professores, estudantes e pesquisadores.” (Santiago, 2009: p 41-42, cit. Conselho, 1974).

Em Setembro de 1988, os reitores das principais Universidades Europeias, enquanto estavam reunidos para celebrar os 900 anos da mais antiga universidade, a de Bolonha, subscreveram a Magna Carta das Universidades¹⁹ “*Magna Charta Universitatum*”. Esta carta enuncia os princípios fundamentais pelos quais as Universidades se irão reger e posteriormente, contribuir para uma sociedade europeia internacionalizada, tanto a nível económico como cultural:

- A universidade é uma instituição autónoma que transmite a cultura através da investigação e do ensino;
- Nas universidades, a atividade didática é indissociável da investigação, para tal, o ensino tem que acompanhar as necessidades e as exigências da sociedade;

¹⁸ Santiago, P. *Políticas educativas no espaço europeu- Um novo traçado na cooperação europeia*, Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais. Coimbra, 2009.

¹⁹ Magna Carta das Universidades, Bolonha, 1988 : <http://www.magna-charta.org/resources/files/the-magna-charta/portuguese>

- Ensino, a formação e a investigação são os princípios fundamentais da vida das universidades. A universidade é um local de encontro entre os professores, capazes de transmitirem o saber, e os estudantes, o direito e a capacidade com isso se enriquecerem;
- A universidade, para assumir as suas missões, tem que ignorar as fronteiras geográficas ou políticas e afirmar a necessidade do conhecimento recíproco e da interação das culturas.

Em sumo, “as universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matéria de títulos, de exames (preservando embora os diplomas nacionais) o de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas” (Magna Charta Universitatum, 1988: p.2).

“A Europa dos anos noventa encontrava-se numa situação de atraso face aos avanços das universidades norte-americanas. Nesta época, o desempenho social das instituições europeias apresentava várias lacunas e as universidades europeias encontravam-se sob grande influência de empresas e líderes políticos. Tendo em conta esta conjuntura, a Europa precisava de fortalecer a sua capacidade de concorrer em pé de igualdade, em quase todas as áreas, com os EUA (Estados Unidos da América), por uma questão de equilíbrio mundial. Portanto, tornou-se decisivo reforçar a confiança mútua, a cooperação interinstitucional e interprofissional, estabelecendo, em paralelo, novos patamares de exigência, de qualidade e de transparência. A construção desta *Europa do Conhecimento* veio a traduzir-se na palavra de ordem mais pragmática da construção da “Área Europeia do Ensino Superior”, desafio este, considerado prioritário no novo mundo globalizado, devido à aceleração da competitividade económica” (Azevedo, 2009: p.3)²⁰.

Em 1998, é assinada a *Declaração de Sorbonne*²¹, a qual identificou os pilares do Processo de Bolonha. Esta Declaração sugeria aos governos europeus que tomassem decisões políticas sobre:

- a adoção do sistema de dois ciclos no ensino superior;
- a flexibilização dos conhecimentos, através da implementação do sistema de créditos ECTS;
- a UE deve apoiar ao máximo a mobilidade dos estudantes e docentes;

²⁰ Azevedo, J. A criação do Espaço Europeu de Ensino Superior e a garantia da qualidade: entre a competitividade, o desenvolvimento humano e a liberdade, Angola, 2009.

²¹ Declaração de Sorbonne, 1998: http://www.uc.pt/ge3s/pasta_docs/outros_docs/decl_sorbonne

- articular os mestrados (programa curto) com os doutoramentos (programa longo);
- atender mais e melhor à empregabilidade.

Em 1999, foi assinada a Declaração de Bolonha, por Ministros de Educação de 29 EE (Estados Europeus). Acontece que, ao longo dos anos seguintes, novos Estados foram subscrevendo a declaração, a qual inclui hoje em dia, 48 Estados. Estes 48 países implementam reformas no ensino superior com base em valores-chave comuns, tais como, a liberdade de expressão, a autonomia para instituições, os sindicatos de estudantes independentes, a liberdade académica e a livre circulação de estudantes e pessoas. Através deste processo, os países, instituições e partes interessadas na área europeia têm vindo continuamente a adaptar os seus sistemas de ensino superior, o que os torna mais compatíveis e reforça os seus mecanismos quanto à garantia de qualidade.

A *Declaração de Bolonha*²², propôs os seguintes objetivos a atingir, que consideram ser, relevantes, para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior:

- Adaptar um sistema de graus académicos que facilitassem a equivalência. Implementar um Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus, a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;
- Implantar um sistema baseado em dois ciclos;
- Estabelecer um sistema de créditos transferíveis e acumuláveis (ECTS), comum aos países europeus, para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelos estabelecimentos de ensino superior de acolhimento;
- Promover a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo;
- Fomentar a cooperação europeia em matéria de garantia da qualidade;
- Promover a dimensão europeia do ensino superior (designadamente no respeitante ao desenvolvimento curricular e à cooperação interinstitucional).

A Declaração de Bolonha enuncia igualmente o objetivo de aumentar a competitividade internacional do sistema europeu do ensino superior e salienta a necessidade de assegurar a sua atratividade em todo o mundo.

²² Declaração de Bolonha, 1999: https://media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf

É no ano 2000 que a “Europa da educação” começa verdadeiramente a despertar. Este fenómeno acontece devido à necessidade de resposta quanto aos desafios impostos pela globalização e pelos princípios da nova economia fundada sobre o conhecimento, sem esquecer o respeito pela coesão social e pelos valores europeus. Durante o Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, aquando da reunião dos Chefes de Estado, resultaram as premissas para a criação de um espaço educativo e de um referencial europeu para a educação. Estas referências europeias são consideradas pelos chefes de Estado e de governo dos Estados-Membros (EM) como os trunfos que poderão levar a UE a realizar o seu objetivo estratégico de construir “o espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu de Lisboa, 2000)²³. Foi nesse ano de 2000 que, pela primeira vez na história da integração europeia, o Conselho Europeu reconheceu que a educação e a formação constituem a força matriz da prosperidade económica da UE. O Conselho Europeu de Lisboa ficou conhecido como a “Estratégia de Lisboa”, no qual os chefes de Estados sublinharam ainda a importância da educação e da formação ao longo da vida na transição para uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento.

Desde a assinatura da Declaração de Bolonha, que os ministros responsáveis pelo ensino superior dos países signatários desta declaração têm vindo a reunir-se a cada dois anos com o objetivo de melhorar e estabelecer novas metas de longo e curto prazo. Em baixo são apresentadas, de uma forma sucinta, essas reuniões e os objetivos /decisões nelas tomadas.

Reunião dos Estados Membros	As decisões/objetivos tomadas
Na reunião de Praga ²⁴ “ <i>Ministerial Conference Prague</i> ” em 2001, os 32 signatários representado os Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior, reuniram-se com o intuito de analisar os progressos alcançados depois da assinatura da Declaração de Bolonha e a Declaração Sorbonne, estabelecer as	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem ao longo da vida, é necessária para enfrentar os desafios de competitividade e o uso de novas tecnologias, bem como para melhorar a coesão social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida; • O envolvimento das Universidades e de outras Instituições de Ensino Superior e dos estudantes como parceiros competentes, ativos e construtivos,

23 Conselho Europeu de Lisboa, 2000: http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm

24 Ministerial Conference Prague 2001: <https://www.ehea.info/cid100256/ministerial-conference-prague-2001.html>

<p>direções e as prioridades do processo para os próximos anos.</p>	<p>no estabelecimento e configuração da Área Europeia de Ensino Superior como sendo, necessário e bem-vindo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de aumentar a atratividade da Área Europeia de Ensino Superior, captando mais estudantes de outras áreas culturais e políticas.
<p>Na reunião em Berlim²⁵ “<i>Ministerial Conference Berlin</i>” em 2003, os Ministros de 40 países europeus responsáveis pelo ensino superior reuniram-se, a fim de avaliar o progresso alcançado, definiram prioridades e fixaram para os próximos anos novos objetivos com a finalidade de acelerar a concretização da EHEA (European Higher Education Area ou Área Europeia de Ensino Superior).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a competitividade, equilibrando-a com o objetivo de melhorar as características sociais da Área Europeia do Ensino Superior, visando o reforço da coesão social e a redução das desigualdades sociais, a nível nacional e a nível europeu; • Reconhecimento dos graus (licenciatura, mestrado, doutoramento); • Necessidade em estabelecer de imediato um sistema de créditos, conhecido por ECTS, e um Suplemento ao Diploma, para suportar e facilitar a mobilidade dos estudantes e o desenvolvimento de cursos comuns e internacionais; • Reforçar a cooperação entre o ensino superior e a investigação, considerados pilares estruturais e indissociáveis para a criação da Sociedade do Conhecimento.
<p>No ano 2005 na reunião de Bergen²⁶ “<i>Ministerial Conference Bergen</i>” o número de países signatários do Processo de Bolonha aumenta para 45.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção das Normas e Diretrizes Europeias para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior e do Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior; • Reforço da dimensão social e eliminação dos obstáculos à mobilidade; • Elaboração de quadros nacionais de qualificações compatíveis com o então aprovado Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior; • Atribuição e reconhecimento de diplomas conjuntos.

25 Ministerial Conference Berlin 2003: <http://www.ehea.info/cid100938/ministerial-conference-berlin-2003.html>

26 Ministerial Conference Bergen 2005: <http://www.ehea.info/cid101762/ministerial-conference-bergen-2005.html>

<p>No ano 2007, foi realizado mais um encontro. Na reunião de Londres²⁷ “<i>Ministerial Conference London</i>”, fortaleceu-se a criação da Área Europeia do Ensino Superior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definiu-se Registo Europeu das Agências de Garantia de Qualidade do Ensino Superior (EQAR). • Elaboração de planos de ação nacionais para o controlo efetivo da dimensão social; • Estratégia de desenvolvimento da dimensão global do ensino superior europeu.
<p>No ano 2009, na reunião de Leuven/Louvain-la-Neuve²⁸ “<i>Ministerial Conference Leuven / Louvain-la-Neuve</i>”, foi realizado precisamente no ano em que se comemoraram 10 anos da assinatura da Declaração de Bolonha que presenciavam 46 países signatários. Este concílio centrou-se na edificação da definição das políticas conjuntas orientadoras do Espaço Europeu de Ensino Superior até 2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alargar o acesso ensino superior; • Criar novos mecanismos que assegurem uma maior transparência entre os sistemas nacionais de ensino superior; • Investir na educação ao longo da vida, foi enfatizada, o que incentivou os países a desenvolverem o seu próprio Quadro Nacional de Qualificações. • Melhorar a qualidade dos programas e reforçar a internacionalização académica dentro do UE. A mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e para o emprego. Definido que, em 2020, pelo menos 20% dos estudantes em graduação deveriam possuir um tempo de formação num país estrangeiro;
<p>Na Reunião de Budapeste e Viena²⁹ “<i>Ministerial Conference Budapest-Vienna</i>”, realizada em 2010, foi oficializada, a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). Também durante esta reunião foi confirmada a concretização dos objetivos estabelecidos na Declaração de Bolonha.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior colaboração com as IES, melhorar o ensino e a aprendizagem nas instituições e melhorar a empregabilidade e qualidade do ensino para todos. • Reafirmação da liberdade académica, bem como a autonomia e a responsabilidade das instituições de ensino superior como princípios da Educação; • Os Estados dos países membros comprometeram-se a um esforço comum para a realização de uma inclusão mais eficaz do pessoal do ensino superior e de implementação e desenvolvimento das EEES. • Desenvolver e reforçar continuamente o EEES e maximizar as colaborações com o Espaço Europeu da Investigação, assim, a Europa poderá enfrentar com êxito os desafios da próxima década.

27 Ministerial Conference London, 2007: <https://www.ehea.info/cid101763/ministerial-conference-london-2007.htm>

28 Ministerial Conference Leuven/Louvain-la-Neuve, 2009: <http://www.ehea.info/cid101040/ministerial-conference-leuven-louvain-la-neuve-2009.html>

29 Ministerial Conference Budapest-Vienna, 2010: <http://www.ehea.info/cid101033/budapest-vienna-declaration.html>

<p>Em 2012, na Reunião em Bucareste³⁰ “<i>Ministerial Conference Bucharest</i>”, reuniram-se 47 ministros, na qual foi afirmado que a reforma do ensino superior permitiria recuperar a economia europeia e por conseguinte, gerar empregos e crescimento sustentado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar um ensino superior de qualidade a mais estudantes; • Melhorar o desenvolvimento de competências nos estudantes para que aumentem a sua empregabilidade; • Aumentar a mobilidade de estudantes, tal como acordado em 2009. • Assegurar que os quadros de qualificações, a aplicação do ECTS e do Suplemento ao Diploma se baseiem nos resultados da aprendizagem; • Solicitar ao Eurostat, Eurydice e Eurostudent que acompanhem os progressos na implementação das reformas do Processo de Bolonha e da estratégia "Mobilidade para uma melhor aprendizagem"; • Promover a qualidade, a empregabilidade e a mobilidade no terceiro ciclo; • Garantir que os quadros de qualificações funcionem na prática;
<p>Em 2015 na Reunião em Yerevan, Arménia³¹ “<i>Ministerial Conference Yerevan</i>”, a qual reuniu 47 ministros e outros membros e parceiros do Processo de Bolonha. Esta conferência foi o resultado dos 16 anos de trabalho intensivo e tornou-se uma realidade ao provar que, neste ambiente globalizado e competitivo, a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável das sociedades europeias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tentar identificar as melhores formas de reforçar o Processo de Bolonha no futuro para além de 2020 e, simultaneamente, reforçar o diálogo dentro e fora do EEES; • O princípio do EEES, como uma plataforma capaz de enfrentar os desafios de uma nova era face às diferenças de valores nacionais e as diversas crenças; • O EEES foi e deve continuar a ser a plataforma onde as minorias são membros integrados de sociedades com igualdade de oportunidades; • O EEES deve ser acessível a todos os que são qualificados pela habilidade e deve ser um espaço propício a alcançar o conhecimento, compreensão e determinação com objetivo de desenvolver sociedades democráticas.
<p>Tabela 3: As reuniões dos Estado-Membros e as decisões tomadas desde 2001 a 2015</p>	

30 Ministerial Conference Bucharest, 2012.: https://media.ehea.info/file/2012_Bucharest/67/3/Bucharest_Communique_2012_610673.pdf

31 Ministerial Conference Yerevan 2015 - European Higher Education : <https://www.ehea.info/cid101764/ministerial-conference-yerevan-2015.html>

Em suma, após a II Guerra Mundial, todos os esforços foram centrados na recuperação económica da Europa e a educação só surge pela primeira vez na agenda comunitária no início dos anos 70. Tendo em conta a especificidade de cada país, a educação tem que ter um acesso sem discriminação, os diplomas e períodos de estudo sejam reconhecidos pelos vários países, de forma a eliminar os obstáculos e, promover a mobilidade e a liberdade de circulação de professores, estudantes e investigadores. Desde a reunião de *Sorbonne* em 1998, que formou os pilares do processo de Bolonha até à data da última reunião, muitas medidas foram tomadas ao longo destes anos pelos ministros dos governos europeus. Foi criado o sistema de créditos ECTS, um suplemento ao diploma, quadro de qualificações, foram criados também os ciclos académicos, adotaram as normas e diretrizes para garantir a qualidade no espaço europeu do ensino superior, a cooperação entre o ensino superior e a investigação foi reforçada e foi dado maior apoio à mobilidade internacional aos estudantes e docentes (os apoios que o programa Erasmus teve desde a sua criação e o novo programa Erasmus+ tem, é um bom exemplo). Mas em todas estas reuniões realizadas aos longos destes anos, a maior preocupação dos ministros era voltada para melhorar a coesão social, igualdade de oportunidades e qualidade de vida, reduzindo a desigualdade a nível nacional e europeu, criando envolvimento entre as IES e os estudantes e docentes e melhorar a empregabilidade.

2.2 Desafios das Instituições de Ensino Superior

Perante a evolução que a UE tem tido “as mudanças demográficas, a rápida evolução tecnológica e a procura de novas competências profissionais” numa “sociedade baseada no conhecimento, onde o futuro depende do ensino, da investigação e da inovação” (Tôkés, 2012: p.5), a UE coloca uma série de desafios.

No relatório “*Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa*”³², a Comissão identifica os desafios que os Estados-Membros e as IES têm a enfrentar sobretudo porque, apenas 26% da força de trabalho dispõe de qualificações de nível elevado, 21% dos jovens da UE estão desempregados e 16,5% dos jovens na UE não frequentam o ensino nem estão inseridos no mercado de trabalho.

Perante estes dados, o primeiro desafio a enfrentar é o alargamento do acesso ao ensino superior. Este alargamento deve ser realizado pelos Estados-Membros, governos regionais e locais e instituições de ensino superior através do desenvolvimento de

³² Tôkés, L. sobre a *Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa*, Comissão da Cultura e da Educação, Parlamento Europeu, 2012.

mecanismos de apoio financeiro adequados. Com a implementação destas medidas, pretende-se alargar o acesso equitativo aos estudos para todos, independentemente do sexo, da etnia, da língua, da religião, da deficiência ou da origem social. Isto significa que as instituições de ensino superior terão de lidar com um número crescente de estudantes e uma população estudantil mais diversificada e terão, portanto, de passar a adaptar os seus programas curriculares e métodos de ensino a estudantes com necessidades distintas (Tökés,2012).

O segundo desafio a enfrentar diz respeito ao envolvimento das instituições. Este desafio visa incentivar as instituições de ensino superior a trabalharem de forma mais ativa com as respetivas regiões e a estabelecerem ações de colaboração dinâmicas com os governos regionais, os conselhos municipais, os organismos públicos, as organizações não-governamentais e as pequenas e médias empresas, reforçando assim o intercâmbio. Ainda a fim de promover a cidadania ativa e o envolvimento dos estudantes na participação ativa, deve ser exercida uma cooperação entre as instituições de ensino superior, as ONG (Organização não Governamental) e o setor do voluntariado europeu. É dada extrema importância à necessidade de cooperação transfronteiriça entre as instituições de ensino superior e as empresas, no âmbito dos programas de estágios e de preparação da futura carreira profissional dos estudantes. Desta forma, torna-se crucial envolver as instituições de ensino superior no apoio às iniciativas estudantis, bem como no apoio à coordenação dessas atividades com outras instituições de ensino superior, empresas e autoridades locais de vários Estados-Membros (Tökés:2012).

O terceiro desafio apresentado, refere-se à mobilidade no EEES, a qual é apoiada, de forma bem-sucedida, pelo programa Erasmus. Desta forma passou a ter um aumento do orçamento previsto em que a proposta de implementação de um regime de mobilidade a nível de mestrado é realizada ao abrigo deste programa. No entanto, esta mobilidade no EEES tem consequências imprevistas, a «fuga de cérebros», dado que estudantes habilitados deixam os seus países para estudar no estrangeiro e, por vezes, não regressam depois de concluídos os respetivos estudos. Também no âmbito do EEES, o ensino das línguas locais e regionais e da linguagem gestual são apresentados como prioritários para o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania europeia baseada no multiculturalismo e na diversidade linguística (Tökés:2012).

Por fim, o último e quarto desafio diz respeito à relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho. À luz deste desafio, as instituições de ensino superior devem facultar aos indivíduos as competências e os conhecimentos necessários, de acordo com

as exigências do mercado de trabalho do futuro. Desta forma, é importante assegurar que as competências transmitidas sejam, de fato, pertinentes para as realidades do mercado de trabalho, permitindo aos diplomados conseguir emprego numa área para a qual estudaram e estão preparados. A Comissão vai ajudar as IES a cumprir as suas funções e adaptar os seus programas curriculares às necessidades que o mercado de trabalho exige. Por outro lado, também as empresas devem transmitir claramente às instituições de ensino superior quais as qualificações que procuram nos seus colaboradores. Também para os estudantes, oportunidades como os estágios³³ de qualidade podem ser uma forma de conseguirem ingressar no mercado de trabalho, onde podem pôr em prática os conhecimentos e as competências que adquiriram (Tőkés:2012).

Para que os desafios acima mencionados sejam ultrapassados, é necessário que haja cooperação e esforço entre os Estados Membros, e a Comissão terá que arranjar um instrumento financeiro para ajudar os estudantes, independentemente do seu meio social e possibilidades financeiras para que exista um acesso justo e transparente ao sistema em todos os Estados-Membros. Assim sendo, “o investimento na educação, na formação e na investigação é a chave para atingir os objetivos da UE 2020 e alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na Europa”.

2.3. Os objetivos da estratégia da UE 2020

Desde a implementação da Estratégia de Lisboa e do Programa “Educação e Formação 2010” o lançamento da nova Estratégia Europa 2020, para o crescimento e emprego, veio confirmar importância e consolidar todos os esforços até então empreendidos nesta área, a qual se encontra assente num quadro estratégico que engloba os sistemas e níveis de educação e formação no seu todo, numa perspetiva de ALV (Aprendizagem ao Longo da Vida).

Em maio de 2009, foram aprovadas as conclusões do Conselho sobre as estratégias para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020)³⁴.

³³ A comissão realça o êxito do programa “*Estágio Erasmus*” que proporciona aos estudantes a oportunidade de beneficiar de experiências de trabalho no estrangeiro.

³⁴ Jornal oficial da UE C119, INFORMAÇÕES ORIUNDAS DAS INSTITUIÇÕES E DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO EUROPEIA: **Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020»)**. 2009.

“Até 2020, a cooperação europeia deverá ter como principal objetivo apoiar o desenvolvimento dos sistemas de educação e formação nos Estados-Membros que visem garantir: a) a realização pessoal, social e profissional de todos os cidadãos; b) prosperidade económica sustentável e empregabilidade, promovendo simultaneamente os valores democráticos, a coesão social, a cidadania ativa e o diálogo intercultural”.

Para que esta cooperação europeia seja efetuada com sucesso, serão levadas a cabo as seguintes estratégias:

1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade, uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa;
4. Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação.

Os objetivos estratégicos acima definidos e garantir que estes deem um contributo eficaz para as reformas nacionais, é preciso seguir os princípios em baixo mencionados, durante o período que vai até 2020:

- I. A cooperação europeia no domínio da educação e da formação deve ter por base os métodos abertos de coordenação: acompanhar regularmente e apresentar relatórios periodicamente; aproveitar as oportunidades oferecidas pelos programas comunitários e apresentar elementos concretos e dados provenientes de todas as agências europeias e organizações internacionais. Para que estes métodos resultem são necessários um compromisso político por parte dos Estados-Membros que basear-se-ão nos seguintes elementos: divulgar os resultados da cooperação entre todas as partes envolvidas e apresentar relatórios dos progressos alcançados, isto é, os relatórios deverão ser elaborados em conjunto com a Comissão e com o Conselho, que se baseiam nos relatórios nacionais elaborados por cada Estado-Membro;
- II. A cooperação europeia no domínio da educação e da formação deve ser estabelecida de forma concreta e produzir resultados claros, onde mais tarde serão divulgados;
- III. Intensificar o diálogo político com países terceiros como a cooperação com organizações internacionais;
- IV. Caso necessário, usar os Fundos Estruturais Europeus para melhorar o sistema de educação e formação.

As estratégias e métodos abertos de coordenação acima enumerados, vão fazer com que haja maior cooperação entre os Estados-Membros com o apoio da Comissão no domínio da educação e da formação durante o período que termina em 2020.

As estratégias implementadas pela UE, tiveram com o objetivo de aumentar a qualidade da educação e formação, ajudar os estudantes recém graduados a integrarem-se no mercado de trabalho, tentando diminuir os valores altos de desemprego e aumentar a mobilidade dos estudantes. Os investimentos financeiros que a Europa tem feito ao longo destes anos permitiram que a qualidade do ensino evoluísse e se modernizasse. Com a criação de “*Juventude em Movimento*” e o portal EURES³⁵, tem sido possível ajudar os jovens a enfrentar os seus desafios e procurar oportunidades de emprego. Relativamente à promoção da igualdade, coesão social e a cidadania ativa, é um objetivo difícil de alcançar e passar a mensagem a toda população Europeia. Por diferentes culturas, educação, e até por diferentes religiões existentes, são as causas que dificultam o alcance deste objetivo. É preciso um esforço grande por parte de todos os Estados-Membros, para que esse objetivo tenha efeito. Os jovens são fundamentais para o futuro da Europa e para alcançar os novos objetivos que irão surgir.

2.4 Mobilidades de Estudo na Europa: ERASMUS

A década de 1980 inicia um ponto de viragem nas universidades europeias através das mobilidades internacionais, as quais são incentivadas pelos programas de cooperação da União Europeia. A mobilidade no espaço universitário é um elemento importante para tornar conhecidos os estabelecimentos do ensino superior a nível internacional e criar relações fortes para que o potencial de investigação e educação das universidades possa contribuir para o fomento da inovação e do crescimento. O objetivo da mobilidade é promover um crescimento das oportunidades a nível profissional e conseguir conciliar diversos sistemas de ensino, tornando-se, por isso, algo muito atrativo para os estudantes, uma vez que, a mobilidade não visa apenas os estudantes, mas também docentes e não docente, que querem adquirir novas aptidões tais como, aprender uma outra língua, conhecer uma cultura nova, aprender outros métodos de ensino e alcançar empregos quem sabe a nível internacional, assim sendo, as IES são as principais incentivadoras dos estudantes e dos docentes a desenvolver uma experiência internacional.

O Programa Erasmus criado em 1987, destina-se a apoiar as atividades europeias das IES, promovendo a mobilidade e o intercâmbio de estudantes, professores e

35 A EURES (**European Employment Services - Serviços Europeus de Emprego**) é uma rede europeia de serviços de emprego que visa facilitar a mobilidade dos trabalhadores a nível nacional e no estrangeiro, no âmbito do Espaço Económico Europeu. EURES oferece serviços de informação, aconselhamento e apoio à colocação / recrutamento, promovendo o contacto entre candidatos a emprego e empregadores interessados em recrutar fora do país.

funcionários das Instituições de Ensino Superior. No que respeita à mobilidade de estudantes, visa oferecer a possibilidade de efetuar um período de estudos, com pleno reconhecimento académico, com a duração mínima de 5 meses e máxima de 1 ano letivo, num estabelecimento de ensino superior de outro Estado. Esta mobilidade torna-se viável através do estabelecimento de acordos bilaterais entre as universidades. Contudo, não se baseia apenas na igualdade de determinadas disciplinas de um determinado curso, mas também num reconhecimento pelas duas universidades intervenientes no cumprimento dos ECTS pelo aluno na universidade estrangeira, como parte integrante da sua certidão de habilitações. Não esquecendo de referir também, desde a implementação da *staff mobility* (mobilidade para docentes) em 1997, alargada em 2007, incluindo *staff training* (formação para docentes), visa enriquecer a experiência dos docentes, contribuindo para internacionalização e modernização do ensino superior através da cooperação entre instituições e docentes estrangeiros. Esta mobilidade tem uma duração mínima de 1 dia e pode prolongar-se até 6 semanas, mas o aconselhado é 5 dias “a fim de prestar um contributo significativo ao programa de missão de ensino e à vida internacional da instituição de acolhimento”.

O programa Erasmus criado em 1987 como um programa de mobilidade estudantil, conduziu à deslocação de um grande número de estudantes e docentes para o estrangeiro com o intuito de serem facilmente reconhecidos através da sua experiência, tem vindo a evoluir constantemente, e, em 2014, entra em vigor o novo programa Erasmus + ³⁶para o período (2014-2020), “que reúne num único programa todas as iniciativas da UE executadas durante o período (2007-2014), no domínio da educação, formação, juventude e desporto, nomeadamente, iniciativas antes ao abrigo dos programas Erasmus, Leonardo da Vinci, Comenius, Grundtvig, Erasmus Mundus, Jean Monnet, Alfa, Edulink, Juventude em Ação e o Desporto” (Erasmus+ Guia de Programa, 2016: p.8).

“O programa Erasmus+ assegurará um investimento considerável a nível da UE nas principais áreas das estratégias de internacionalização: mobilidade internacional, diplomas conjuntos e parcerias de cooperação internacional, incluindo o reforço de

³⁶ Erasmus +: O sinal (+) no Erasmus +, significa que, o programa Erasmus “já não é apenas para o ensino universitário, pelo contrario, o (+) abarca agora outras vertentes, como estágios, atividades de formação de pessoal e atividades de ensino, bem como projetos de cooperação entre universidades, organismos de investigação, empresas, ONG, autoridades locais, regionais e nacionais e outros atores socioeconómicos, tanto na Europa como no exterior”.

capacidades e o desenvolvimento de pessoal nas economias emergentes e em desenvolvimento de todo o mundo” (COM, 2013: p.11) ³⁷.

2.4.1 Análise evolutiva do programa Erasmus

“O Programa Erasmus é o programa de mobilidade de estudantes mais bem-sucedido do mundo” (European Commission:2015, p.6)³⁸. Desde que começou em 1987, o Programa Erasmus tem proporcionado a mais de três milhões de estudantes europeus, oportunidades de irem para o estrangeiro estudar numa Instituição de Ensino Superior e estagiar. Tem existido um aumento constante de participantes no programa, ano após ano. Observando o gráfico 4, no início do programa, nos anos 1987-88, participaram 3.244 estudantes e em 2008-09 o número aumentou para os 200.000 e no final do ano 2013-14 participaram em total 3.3 milhões de estudantes no programa Erasmus.

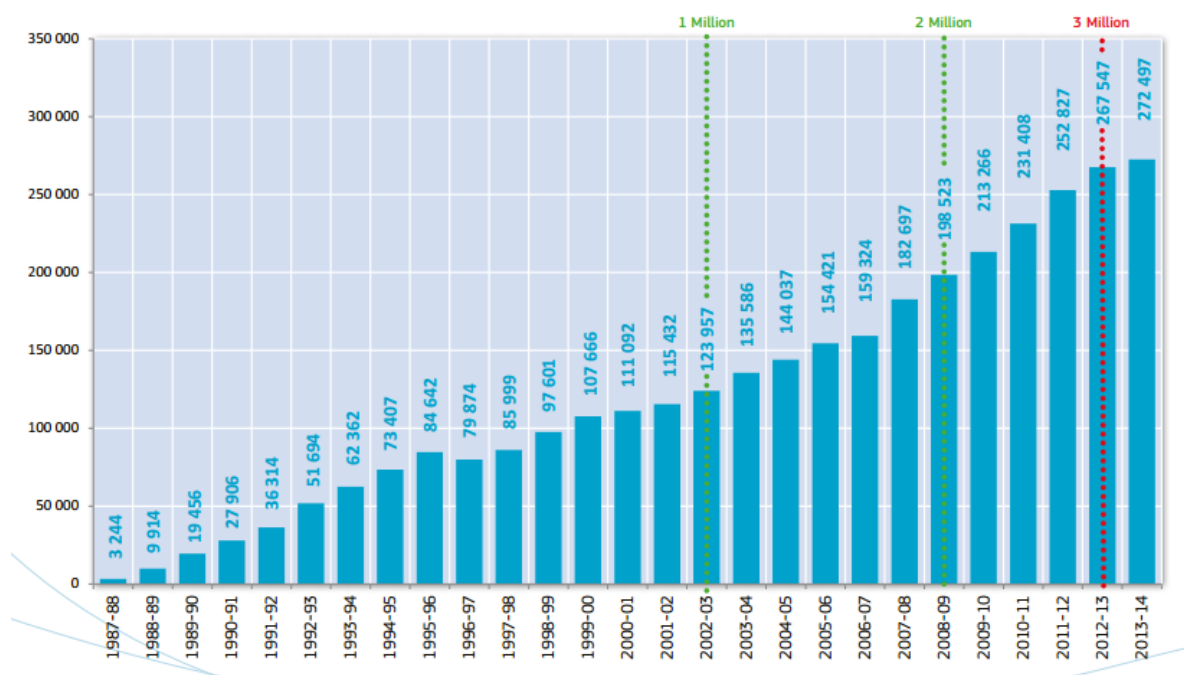


Gráfico 4: Evolução de participantes na mobilidade Erasmus desde 1987/88 a 2013/2014.

Fonte: Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14. (p.30): http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/erasmus-plus-facts-figures_en.pdf.

³⁷ COM, COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Ensino Superior Europeu no Mundo, Bruxelas, 2013.

³⁸ European Commission, 2015. Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14, Brussels.

A maior parte do orçamento do programa Erasmus foi gerida por Agências Nacionais em concertação com as Autoridades Nacionais e/ou pelas instituições de ensino superior com base nos seguintes critérios: no número de estudantes e docentes que se prevê que irão participar, na duração total por participante e nos custos de vida (Erasmus + Guia do Programa, 2016: p. 43-47). O orçamento que é atribuído ao programa Erasmus, aos seus participantes, a estudantes e docentes, é diferente de cada país, provocando uma discrepância da atribuição da bolsa, isto é, as agências nacionais decidem o valor mensal da bolsa, conceder uma bolsa com um valor elevado, reduzindo o número de participantes, ou atribuir uma bolsa com valor baixo e aumentar o número dos participantes, respeitando os limites de subvenções³⁹ afixadas pela Comissão Europeia. O montante da media mensal da bolsa de Erasmus atribuída aos estudantes (incluídos os estudantes em mobilidade de estudo e em mobilidade de estágio) é de um total de 274 euros, relativamente à *staff mobility*, a média mensal da bolsa é de um total de 733 euros (European Commission: 2015, p 6-11)⁴⁰.

Os cinco países que mais enviam estudantes em mobilidade Erasmus, isto é, os países de origem dos estudantes, são, em primeiro lugar Espanha (37.235) com 13,6%, em segundo lugar França (36.759) com 13,4%, seguido pela Alemanha, Itália e Reino Unido. O Portugal (6.957) com 2,5%, é 11º país que envia estudantes no programa Erasmus (Gráfico 5).

39 **Subvenções de Apoio à Mobilidade dos Estudantes:** “Agência Nacional da mobilidade Erasmus, divide os Países do programa em três grupos:

Grupo 1 Países do Programa com um custo de vida mais elevado: Dinamarca, Irlanda, França, Itália, Áustria, Finlândia, Suécia, Reino Unido, Listenstaine, Noruega;

Grupo 2 Países do Programa com um custo de vida médio: Bélgica, República Checa, Alemanha, Grécia, Espanha, Croácia, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Eslovénia, Islândia, Turquia;

Grupo 3 Países do Programa com um custo de vida mais baixo: Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia, antiga República Jugoslava da Macedónia.

A subvenção que a UE atribui aos estudantes depende do respetivo percurso de mobilidade, isto é, se o estudante for para um país com custo de vida semelhantes, recebera uma bolsa do escalão medio (entre 200 e 450 EUR por mês, a atividades de mobilidade é realizada a) do Grupo 1 para o Grupo 1, b) do Grupo 2 para o Grupo 2 e c) do Grupo 3 para o Grupo 3); se o país for com um custo de vida mais elevado o estudante recebe a bolsa do escalão elevado (entre 250 e 500 EUR por mês e a atividades de mobilidade é realizada: a) de países do Grupo 2 para países do Grupo 1 e b) de países do Grupo 3 para países dos Grupos 1 e 2) e se for para um país com custo de vida baixos a bolsa atribuída é de um escalão mais baixo (entre 150 e 400 EUR por mês e a atividades de mobilidade é realizada: a) de países do Grupo 1 para países dos Grupos 2 e 3 e b) de países do Grupo 2 para países do Grupo 3)”.
40 European Commission, 2015. **Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14**, Brussels.

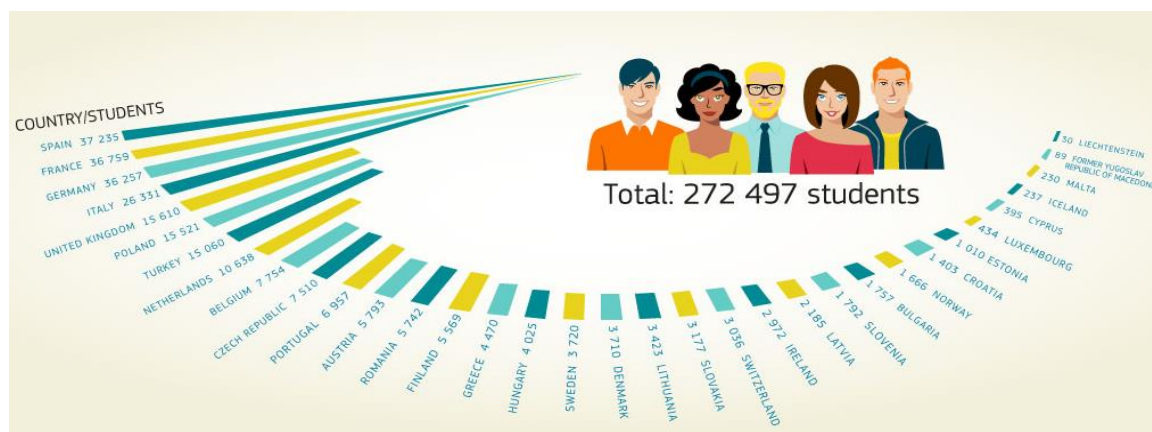


Gráfico 5: País de origem dos estudantes Erasmus no ano 2013/14.

Fonte: Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/images/infograph/2016-erasmus-radialgraph.jpg.

Relativamente, aos cinco países que mais recebem os estudantes no programa Erasmus, isto é, os países de destino mais populares dos Erasmus são, em primeiro lugar Espanha (39.277) com 14,4%, no segundo lugar Alemanha (30.964) com 11,3%, seguindo pela França, Reino Unido e Itália. O Portugal (10.430) com 3,8 % é o 8º país popular entre os estudantes Erasmus (Gráfico 6).

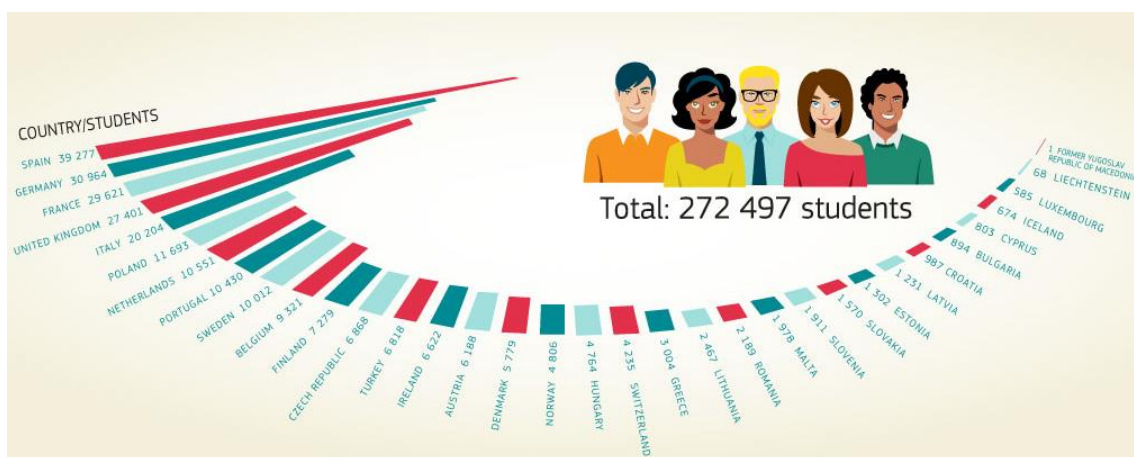


Gráfico 6: País de destino dos estudantes Erasmus no ano 2013/14.

Fonte: Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/images/infograph/2016-erasmus-destination.jpg.

Não esquecendo de referir os docentes, sendo eles também considerados participantes do programa Erasmus, a Comissão Europeia no ano 2015 publicou “*Erasmus Facts, Figures & Trends The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014*” onde elaborou uma tabela sobre “*staff mobility*” que destaca o destino mais popular entre os docentes como sendo

Espanha, seguido pela Alemanha, Itália, Reino Unido e França. E relativamente, a origem dos docentes, a Polónia é o país que mais envia, seguido pela Turquia, Espanha, Alemanha e Roménia. Comparando os países de destinos e origem com os dos estudantes verificamos que não se altera muito. No ano 2013/14 cerca de 57.488 *staff mobility* formados, o que traz um aumento anual de 9,2%. Os professores das áreas de Humanidades e Artes são os que mais participam no programa Erasmus *staff mobility*. (European Commission: 2015, p.11).

2.4.2 ERASMUS +

O Erasmus+⁴¹ é o novo programa da União Europeia para o ensino, formação, juventude e desporto para o período compreendido entre 2014 e 2020. Este programa veio substituir os programas vigentes da UE em todos os domínios da educação, nomeadamente, o programa Aprendizagem ao Longo da Vida – Erasmus (ensino superior), o Leonardo da Vinci (ensino profissional), o Comenius (ensino básico e secundário), o Grundtvig (educação de adultos), o programa Juventude em Ação e ainda os programas de cooperação internacional (Erasmus Mundus, Tempus, Alfa, Edulink e o programa de cooperação com os países industrializados). Pela primeira vez na história, o Erasmus+ está também providenciando o apoio da UE ao desporto. “O Erasmus+ está aberto a estudantes, docentes, estagiários, voluntários, líderes de organizações juvenis e a pessoas que trabalham em organizações de desporto não profissionais. A Comissão providenciará igualmente financiamento para parcerias entre instituições de ensino, organizações de juventude, empresas, autoridades locais e regionais e ONG, bem como para reformas destinadas a modernizar os sistemas de educação e formação e, ainda, a promover a inovação, o empreendedorismo e a empregabilidade” (MEMO, 2013).

Comparando com o financiamento dos últimos sete anos (2007-2014), o novo programa Erasmus + dispõe de um aumento de 40%, o que representa 14,7 mil milhões de euros até 2020. Este novo programa vai dar mais oportunidades em investir em novos projetos, como por exemplo, na área da juventude e do desporto, permitindo a estudantes, docentes e estagiários prepararem-se para o mercado de trabalho.

Este programa tem ligações mais fortes com o mercado de trabalho do que os programas que o precederam, permitindo que os estudantes façam períodos de estágio em

41 European Commission, 2016, Erasmus +: Guia do programa. (<http://www.erasmusmais.pt/erasmusmais/images/pdfs/Erasmus+%20Programme%20Guide%202016-PT+corrigendum.pdf>)

empresas ou organizações no estrangeiro. O Programa Erasmus + visa, combater o desemprego dos jovens, melhorando as suas competências e consequentemente a cooperação entre as universidades e os empregadores.

O novo programa Erasmus +, é estruturado em cinco Ações, que ajudarão a alcançar os seus objetivos. (Erasmus + Guia do Programa, 2016: p.13-15)⁴²:

- a) Ação – chave I: **Mobilidade individual**, pretende-se um maior incentivo e participação à mobilidade, cursos de mestrados conjuntos que da continuidade ao programa Erasmus Mundus e a criação de um sistema de empréstimo com garantia para promover a mobilidade do estudante de mestrado.
- b) Ação – chave II: **Cooperação para a inovação e o intercâmbio de boas práticas**, cria parcerias estratégicas entre as organizações e outras entidades públicas que permitirão um aumento da qualidade e inovação do ensino superior, apoiar o desenvolvimento e reforçar a capacidade que apoiem a cooperação com países parceiros, e apoiar as plataformas *online*, isto é, as plataformas TI, tais como o *e-twinning*, para ligar as escolas e outros prestadores de ensino e formação, através da Internet.
- c) Ação – Chave III: **Apoio à reforma das políticas**, apoia a adoção de políticas e desenvolver novas políticas entre as partes interessadas, apoiar o reconhecimento de qualificações, reforçar a cooperação com organizações internacionais.
- d) **Atividades Jean Monnet**, apoiam debates políticos com o mundo académico, apoiar as associações, promovendo assim a cidadania europeia mais ativa. “As atividades Jean Monnet também concedem subvenções de funcionamento a instituições designadas que prossigam objetivos de interesse europeu e organizam estudos e conferências com o objetivo de fornecer aos decisores políticos ideias novas e sugestões concretas”. Estas atividades, tem com o “objetivo de promover a excelência dos estudos sobre a integração europeia no ensino superior, com o apoio continuado a professores e investigadores e aos seus centros de excelência”.
- e) As ações no domínio do **desporto**, “apoiam eventos desportivos sem fins lucrativos, apoiam as parcerias de cooperação destinadas a promover a integridade do desporto, apoiar o diálogo com as partes interessadas competentes a nível europeu, concretizado principalmente no Fórum Anual Europeu do Desporto e no apoio a eventos

⁴² European Commission, 2016, Erasmus +: Guia do programa. (<http://www.erasmusmais.pt/erasmusmais/images/pdfs/Erasmus+%20Programme%20Guide%202016-PT+corrigendum.pdf>)

desportivos sob a égide da Presidência, organizados pelos Estados-Membros da UE que exercem a Presidência”.

Deste modo, o programa Erasmus + vai criar acordos mais rigorosos entre as IES, vai exigir o nível básico da língua do país a qual pretende fazer a mobilidade de estudo ou estágio, as bolsas serão centradas mais nas necessidades do estudante e proporcionarão um apoio maior aos estudantes provenientes de meios menos privilegiados, bem como às pessoas portadoras de deficiência e graças à garantia de empréstimo, haverá um maior apoio aos estudantes que pretendam frequentar um curso de mestrado num outro país europeu.

“O Erasmus+ pretende ir mais além, fomentando sinergias e o enriquecimento mútuo entre os diferentes domínios da educação, da formação e da juventude, removendo barreiras artificiais entre os vários tipos de Ações e projetos, promovendo novas ideias, atraindo novos intervenientes do mundo do trabalho e da sociedade civil, e estimulando novas formas de cooperação” (Erasmus + Guia do Programa, 2016: p.7).

O Erasmus+ é um instrumento importante que pode contribuir para ajudar os estudantes e os docentes a enriquecer as suas competências, através de períodos de estudo e de formação no estrangeiro, apoiar a inovação e a modernização das instituições de ensino, e é um instrumento eficaz para promover a inclusão de pessoas oriundas de meios desfavorecidos, incluindo os migrantes recém-chegados.

Capítulo III

Internacionalização do Ensino Superior em Portugal

Em Portugal, a internacionalização das instituições de ensino superior foi impulsionada pela adesão à Declaração de Bolonha e, atualmente, é uma das principais apostas das instituições e dos órgãos de governação.

As instituições de ensino superior portuguesas têm vindo, cada vez mais, a atrair um número crescente de estudantes estrangeiros, devido a programas de mobilidade e intercâmbio através do regime geral de acesso. A captação de estudantes estrangeiros permite, assim, aumentar a utilização da capacidade instalada nas instituições e potenciar novas receitas próprias, que poderão ser aplicadas no reforço da qualidade e na diversificação do ensino ministrado, tendo um impacto positivo na economia, subscrito por Decreto-Lei nº 36/2014 de 10 de Março⁴³.

A internacionalização das IES portuguesas está condicionada pela natureza de dois “espaços”, os quais envolvem as atividades de intercâmbio nacional. Por um lado, há o que se pode chamar de países do espaço “lusófono”, integrados pelos PALOP, Brasil, Timor-Leste e Macau, e por outro lado, existe a cooperação com os Estados Europeus (Veiga, Rosa e Amaral: 2006)⁴⁴.

A cooperação com países onde o Português é a língua oficial, o que facilita o ingresso na universidade (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné Equatorial) contribui fortemente para a internacionalização do ensino superior português. Portugal é a primeira escolha da maioria dos estudantes das antigas colónias, quando consideram estudar no estrangeiro. Desta forma, também utilizam Portugal como porta de entrada para a União Europeia.

No ano letivo 2015/2016 a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)⁴⁵ apresenta os principais resultados relativos à Mobilidade Internacional, recolhidos através do Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES), são 19.815 os estudantes inscritos nos estabelecimentos de ensino superior

43Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março - **Regula o estatuto do estudante internacional:** <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/03/04800/0181801821.pdf>

44 VEIGA, Amélia; ROSA, Maria João & AMARAL, Alberto (2006), “The internationalisation of Portuguese Higher Education: How are higher education institutions facing this new challenge?”, Higher Education Management and Policy, 18(1): 113-128.

45 Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/>.

em Portugal em situação de mobilidade internacional de grau⁴⁶, representando, 5,5% do total dos inscritos nos estabelecimentos de ensino superior portugueses em 2015/2016. Comparando com o ano letivo 2014/2015 verifica-se um aumento de 17,33% (RAIDES 2014) de estudantes internacionais de grau. Os estudantes que concluíram este nível de ensino vêm, maioritariamente do Brasil (32,2%), Angola (13,9%) e Cabo Verde (11,1%). Os cursos de Licenciatura, foram os mais procurados pelos estudantes (63,1%) e mais de metade eram estudantes do sexo feminino (50,8%).

Dos números disponíveis relativamente ao ano letivo 2015/2016, recolhidos por RAIDES 15, 13.282 são os estudantes inscritos nos estabelecimentos de ensino superior, encontravam-se ao abrigo de programas de mobilidade internacional de crédito⁴⁷, o que traduz um aumento de 9,31% face a 2014/2015. Destes alunos 61,7% chegaram ao abrigo de programas comunitários por um semestre, cerca de 62% dos inscritos eram do sexo feminino e 89,4% procuravam fazer uma parte dos seus estudos ao nível da Licenciatura 1.º Ciclo. No ano letivo em referência, a nacionalidade brasileira foi a mais representada (17,6%), seguida pela espanhola (15,1%), italiana (11,3%), polaca (9%) e alemã (6,6%). Estas 5 nacionalidades totalizavam 7.916 inscritos (59,6% dos inscritos em mobilidade de crédito).

Em Portugal, as Universidades⁴⁸ de Lisboa, Porto e Coimbra são as que mais recebem e enviam estudantes, sendo a Universidade de Porto a instituição que mais estudantes envia em mobilidades de estudo e a Universidade Técnica de Lisboa⁴⁹ a instituição que mais recebe estudantes estrangeiros. As IES apresentadas na tabela seguinte são as que se destacam por terem o maior número de estudantes estrangeiros e portugueses justificado pelo facto de serem cidades com maior densidade populacional, maior diversidade de serviços e recursos e, portanto, maior densidade de estudantes.

46 **Mobilidade internacional de grau**, são os estudantes, inscritos num curso de um estabelecimento de ensino superior português, que concluíram o ensino secundário num país estrangeiro e que têm como finalidade a obtenção de um diploma português.

47 **Mobilidade internacional de crédito**, são os estudantes inscritos num estabelecimento de ensino superior português, na modalidade de estudo ou de estágio, por um determinado período, tendo como finalidade a obtenção de créditos académicos posteriormente reconhecidos pela instituição estrangeira de origem a que pertencem.

48 Erasmus + statistics 2014: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/2014/portugal_en.pdf

49 Decreto-Lei n.º 266-E/2012 de 31 de dezembro: Em 2012 A Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa se fundiram numa só.

Universidades que enviam mais estudantes	Universidades que mais estudantes recebem
1. Universidade do Porto	1. Universidade Técnica de Lisboa
2. Universidade Técnica de Lisboa	2. Universidade do Porto
3. Universidade Nova de Lisboa	3. Universidade de Coimbra
4. Universidade de Coimbra	4. Universidade Nova de Lisboa
5. Universidade de Lisboa	5. Universidade de Lisboa

Tabela 4: A universidade Portuguesa que mais estudantes envia e recebe no ano 2014.
 Fonte: Erasmus + statistics 2014: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/2014/portugal_en.pdf

O atual governo (XXI Governo Constitucional, 2015-2019) apresentou o seu programa onde elaborou vários objetivos fundamentais que terá de alcançar durante este período. Visto que, o estudo incide essencialmente na área do ensino superior e em especial na internacionalização do ensino superior português, destacamos os objetivos mais relevantes a esse nível, sendo:

- “Aposta na internacionalização, quer no sentido do estabelecimento de parecerias estratégicas de colaboração com instituições estrangeiras, quer no sentido da atração de estudantes e investigadores estrangeiros” (p.115);
- “Apoio à dinamização de parcerias para acesso aos programas de financiamento de mobilidade (Erasmus+ e outros), assim como iniciativas para a criação de circulação entre estudantes do ensino superior de língua portuguesa” (p.119);
- “Promover internacionalmente as universidades nacionais para a realização do programa Erasmus e de Portugal para a instalação de novas empresas globais” (p.125);
- “A criação de um programa de intercâmbio universitário vocacionado especificamente para a circulação de estudantes de língua portuguesa, instituindo um Erasmus na CPLP, dirigido a estudantes e professores” (p.251);

Assim é de realçar que as Universidades Portuguesas recebem cada vez mais estudantes, sendo esta uma prova da sua internacionalização. Por outro lado, o facto de termos as antigas colónias onde a língua oficial é o português, favorece a entrada desses estudantes nas nossas instituições. Relativamente aos estudantes portugueses, a parceria que Portugal realiza com as instituições europeias, favorece a saída do estudante para estudar num país estrangeiro, o faz com que aumentem os seus conhecimentos, experiências pessoais e profissionais e se tornem profissionais mais competentes. Assim, a internacionalização das instituições portuguesas revela-se muito favorável para o país e

para os seus estudantes. Situação que continuará a ser implementada pelas medidas que o atual governo parece querer aplicar.

3.1 Estratégias e recomendações para a internacionalização do ensino superior português

No seguimento do relatório “Uma estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português”, apresentado pelo Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e pelo Ministro da Educação e Ciência (MADR/MEC) em 2014, foi nomeado um Grupo de Trabalho, encarregado de criar uma proposta de estratégia de internacionalização do sistema de ensino superior português de onde resultou um conjunto de recomendações, diversificadas, que se dividem em quatro áreas⁵⁰.

A área da cooperação institucional estratégica visa, definir perfis de especialização e incentivos financeiros, de maneira a melhorar a adesão a novos projetos e desenvolve-los. Relativamente à dupla ou mais titulações⁵¹, há que definir condições relativamente à acreditação, à orientação científica e à prestação de provas públicas, criar MOOC (Massive Open Online Courses) nas IES portuguesas, ampliar as ofertas de unidades curriculares em inglês no 1º Ciclo e aumentar também, o número de mestrados e doutoramentos em língua inglesa, isto faria com que, o número de estudantes internacionais aumentasse e se criassem mais parcerias entre IES.

Relativamente, a área da mobilidade, esta visa elaborar um guia de acesso às IES portuguesas e um guia de acolhimento dos alunos, investigadores e professores em Portugal. Fundar um programa de mobilidade de alunos, professores e investigadores CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Reforçar a colaboração entre os, consulados e embaixadas portuguesas no estrangeiro, de maneira a promover as IES Portuguesas e criar programas de cooperação bilateral, para aliciar, investigadores, professores e alunos estrangeiros, é outra das estratégias

Quanto à área da promoção apresenta como objetivo criar uma página *web*, onde os estudantes, professores e investigadores estrangeiros possam informar-se em relação à oferta formativa das IES portuguesas e outras informações úteis, tais como, às questões burocráticas do país. É importante que haja participação das IES portuguesas nas feiras

50 Sumário Executivo: uma estratégia para a internacionalização do Ensino Superior Português:

<http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/SumarioExecutivoestrategiainternacionalizaosuperior.pdf>

51 Dupla ou mais titulações: parceria por convénio académico internacional formada entre duas IES ou mais, visa a preparação do aluno em regime de coorientação para a titulação válida e reconhecida nas IES do convénio assinado.

internacionais e definir as estratégias de cooperação com os países não integrados na UE (Moldávia, Turquia, Ucrânia), com países do Magrebe, América Latina (Colômbia, México e Venezuela), África (África de Sul e Namíbia), com países da Ásia e Médio Oriente (China, Índia, Indonésia, Irão, Malásia) e especialmente com países da CPLP e com grandes comunidades de luso-descendentes (França, Suíça e Luxemburgo).

Por fim, na área de Governação pretende-se incentivar à cooperação e reforçar os gabinetes das relações externas. Criar um “centro de racionalidade” que pudesse gerir as diversas ações e iniciativas dedicadas à promoção da internacionalização do ensino superior português.

O secretário de Estado do Ensino Superior divulgou em 2014⁵², um conjunto de linhas de estratégias⁵³ e medidas concretizadas para o Ensino Superior, mas visto que o presente relatório incide na internacionalização do ensino são apresentadas apenas as medidas de concretização da estratégia: “internacionalizar o ensino superior português”. Foi adotado o estatuto do estudante internacional⁵⁴ “que visa assegurar às instituições de ensino superior portuguesas condições adequadas de atração de mais estudantes estrangeiros para a frequência de primeiros ciclos, designadamente através de um regime de acesso e ingresso próprio”, definiu-se uma estratégia de internacionalização do ensino superior português, incluindo o ensino à distância, quer isto dizer, “o aumento da cooperação entre instituições, a utilização de redes, a definição de novas formas de parceria, o desenvolvimento de uma oferta educativa adaptada a um público mais internacional, incluindo o ensino à distância, e a adoção de mecanismos que facilitem a mobilidade de estudantes e professores” e por último, a criação do portal *Study in Portugal*, tem como objetivo fornecer toda informação necessária sobre o ensino superior português para o estudante estrangeiro. E recentemente foi lançada uma nova plataforma de valorização e internacionalização do ensino superior, da ciência e da tecnologia, dedicada a estudantes e investigadores, empresas e instituições de ciência e tecnologia estrangeiros, *Study & Research in Portugal* ⁵⁵.

52 Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior:

<http://www.portugal.gov.pt/media/1417111/20140510%20mec%20linhas%20estrategicas%20enssup.pdf>.

53 **Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior:** “I - Aumentar a participação no ensino superior, designadamente dos jovens que concluem as diferentes modalidades do ensino secundário, contribuindo para melhorar a sua empregabilidade; II - Reforçar a garantia de qualidade dos ciclos de estudos, aumentar o sucesso escolar e evidenciar a diversidade quanto a conteúdos e objetivos dos dois subsistemas; III - Consolidar a rede de instituições de ensino superior públicas como forma de as tornar mais atrativas e sustentáveis; IV - Racionalizar a oferta educativa a nível nacional e regional; V - Criar um modelo de financiamento que potencie objetivos de gestão, considerando a procura educativa e alguns indicadores de qualidade; VI - Internacionalizar o ensino superior português”.

54 Decreto-lei 36/2014, de 10 de Março.

55 Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016: Diário da República n.º 230/2016, Série I de 2016-11-30.

“Recentemente, e na tentativa de continuar a ajudar as IES portuguesas no seu processo de internacionalização, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2015 de 2 de julho que cria o Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior Português (CIESP)⁵⁶. No preâmbulo dessa resolução são elencadas as estratégias em que as IES devem apostar, destacando-se: i. ampliar a oferta de cursos na modalidade de ensino à distância; ii. potenciar parcerias entre IES; iii. diversificar a oferta formativa de graus e de cursos de curta duração, em língua portuguesa e iv. atrair mais estudantes internacionais, com o objetivo de duplicar o seu efetivo até 2020.” (Guerreiro, 2015: p.27).

Em suma, as IES desempenham um papel importante no contributo da oferta formativa para os projetos da vida do estudante e no desenvolvimento do país, por isso, é fundamental fortalecer ligações ou acordos entre as várias empresas e IES e principalmente com Consulados, Embaixadas e o Instituto Camões I.P, que representam o estado português no estrangeiro e deverão ser utilizados como meio de promoção de modo a reforçar a atratividade do ensino superior português, através da difusão de informação sobre as oportunidades de estudo em Portugal, e deste modo atrair estudantes, professores e investigadores internacionais.

A criação de um programa de mobilidade no espaço de ensino superior da CPLP, representaria uma excelente oportunidade de valorizar mais a importância da CPLP na vida dos cidadãos, uma chance para incentivar e apoiar os interesses em comum e contribuirá para reforçar a língua portuguesa. Consta-se que, a procura de formações em língua portuguesa tem crescido, o facto de a língua portuguesa ser atualmente a 5ª língua mais falada no mundo, Portugal ser um país seguro, barato e com atividade turística, podem justificar o aumento do interesse na língua portuguesa. “Aprender português e aprender em português deve ser valorizado como um fator de atração tanto para os milhões de jovens falantes de língua portuguesa, em idade de frequentar o ensino superior, como para uma perceção de oportunidades para jovens falantes de outros idiomas” (MADR/MEC, 2014, p: 91), é preciso reconhecer a utilização da língua portuguesa para reforçar a internacionalização do ensino superior português.

⁵⁶ Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior Português (CIESP), com uma vasta composição, na qual se inclui um representante das organizações representativas dos estudantes do ensino superior português. A este Conselho cabe a responsabilidade de emitir pareceres e recomendações, bem como pronunciar-se sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelos membros do Governo e promover a coordenação entre as diferentes instituições e entidades.

Quanto ao ensino à distância (MADRE/MEC 2014: p.58-62; 105-105), com o avanço tecnológico dos últimos anos, conseguiu-se criar o MOOC. Neste domínio a intervenção das instituições de ensino superior portuguesas é ainda relativamente limitada, situação que importa, no futuro, inverter, pois seria mais benéfico atrair mais estudantes internacionais, visto que Portugal, está integrado em dois espaços internacionais, a União Europeia e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O Camões I.P. deverá colaborar com UAb (Universidade Aberta) e outras instituições de ensino superior portuguesas para o desenvolvimento do ensino à distância. “No âmbito dos MOOC, a educação digital constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre as instituições de ensino superior e para atingir um maior número de potenciais estudantes” quer isto dizer, os MOOC, certamente, são uma oportunidade para a internacionalização das instituições de ensino superior.

Por fim, a criação do portal *Study in Portugal*, é também, uma ótima oportunidade para divulgar toda informação necessária sobre o ensino superior português para o estudante estrangeiro. O portal *Study in Portugal*, tem como objetivo fornecer informação, “pelo menos, numa fase inicial, deverá estar em português e inglês, mas desejavelmente noutras línguas como (o francês, espanhol e mandarim) sobre o sistema português de ensino superior, a sua rede de instituições, a oferta formativa, as condições de acesso e ingresso, assim como o valor das propinas. Este portal deverá, também, conter informação genérica sobre o acolhimento e as condições de vida em Portugal, nomeadamente, o custo de vida, o acesso ao sistema de saúde, alojamento, a concessão de vistos, etc.” (MADRE/MEC 2014: p.97).

Assim, todas as estratégias mencionadas e as metas, estão a ser concretizadas, na verdade, algumas delas como o estatuto do estudante internacional, *Study in Portugal*, *Study & Research in Portugal* e MOOC são metas recentes e encaradas como um ponto de partida para ajudar na internacionalização do ensino superior português de modo a atrair mais estudantes, investigadores e professores estrangeiro que seria uma mais valia para Portugal.

Capítulo IV

Estudo empírico: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Neste último capítulo iremos analisar o caso específico dos estudantes *incoming*⁵⁷ que a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa recebeu nos últimos cinco anos letivos (2010/11 a 2014/15). Visto que, realizei o estágio na Divisão de Relações Externas (DRE)⁵⁸ e mais ativamente no Núcleo de Cooperação Internacional (NCI), no que concerne aos alunos estrangeiros “é responsável por todos os procedimentos administrativos desde a sua aceitação formal, passando pelo registo do aluno de mobilidade ou visitante, assistência no acolhimento e na procura de alojamento e acompanhamento durante a sua estadia na FLUL” (*Homepage: FLUL Relações Externas*, 2016).

4.1 Descrição da metodologia de investigação utilizada

Foi realizado um estudo empírico que foi dividido em duas partes. A primeira parte do estudo baseia-se na recolha dos dados concedidos pela Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional, em relação aos estudantes que participaram na ação Erasmus no período de 2010/11 a 2014/15. Através da análise destes dados, poder-se-á perceber quantos alunos Erasmus é que a faculdade recebeu nestes cinco anos letivos, segundo o género, a sua origem geográfica, o curso que frequentou e em que semestre do ano letivo o aluno realizou a mobilidade.

A segunda parte do estudo baseia-se na análise a um questionário realizado em língua inglesa aos estudantes Erasmus, através da plataforma *Survio*. O questionário foi enviado via *e-mail* para os alunos Erasmus que frequentaram a FLUL, nos anos letivos

⁵⁷ Os estudantes que participam no programa Erasmus, dividem-se em dois grupos: estudantes enviados (*outgoing*) e estudantes recebidos (*incoming*).

⁵⁸A Divisão de Relações Externas da FLUL (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 187 — 27 de setembro de 2013, Secção V, Artigo 28) tem ao seu encargo três núcleos.

- a) **Núcleo de Relações Externas (NRE)**, compete, desenvolver a estratégia de comunicação e a divulgação da FLUL, isto é, promove eventos e atividades de divulgação e informação dos cursos que a instituição oferece através das feiras de estudantes (ex.: Futurália), Dia Aberto da FLUL ou do Verão na ULisboa, nas escolas, integrando o Projeto Inspiring Future.
- b) **Núcleo de Cooperação Internacional (NCI)**, coordena e apoia as múltiplas atividades de cooperação internacional; disponibiliza informação atualizada sobre os programas mobilidade e assegura as orientações dos alunos que pretendem participar; no que respeita aos alunos estrangeiros que pretendem efetuar um período de estudos na FLUL, o NCI é responsável por todos os procedimentos administrativos.
- c) **Núcleo de Orientação, Gestão e Aconselhamento de Carreira (NOC)**, recolhia e divulga as ofertas de emprego e de formação profissional; gere os programas de estágios de 1º e 2º ciclos (curriculares e extracurriculares); dinamiza e coordena ações de formação que visem promover o desenvolvimento pessoal e social de alunos e diplomados.

NCI e NOC colaborar com o Núcleo de Relações Externas no âmbito das atividades de promoção e imagem da FLUL, ao nível internacional.

de 2010/11 a 2014/15, correspondendo aos mesmos anos dos dados recolhidos na Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional. Desta forma, os estudantes foram contactados via *e-mail* para colaborar com esta investigação acedendo diretamente ao *link* do questionário.

Optou-se, na realização do questionário, por um leque de perguntas fechadas e abertas, as quais permitiram aos estudantes expressar, sem condicionamentos, a sua opinião sobre o assunto em análise. O objetivo destas perguntas abertas foi perceber quais são as razões que levaram os estudantes a participar no programa Erasmus, o porquê de terem escolhido Portugal e principalmente Lisboa como o seu destino de Erasmus, como descrevem a sua experiência, depois de finalizarem a mobilidade, mencionando se voltariam a Portugal e quais os motivos. Através das respostas obtidas com este inquérito, pretendemos ainda perceber qual era o nível da língua portuguesa dos estudantes antes e depois do programa Erasmus e, se os cursos que a FLUL ofereceu contribuíram para ajudar num melhor desempenho ao nível do seu português.

O inquérito teve disponível por um período de 3 meses aproximadamente. Após as respostas obtidas por parte dos estudantes, constatou-se que o inquérito foi visto por 277 estudantes, dos quais 85 estudantes (30,7%) apenas viram e não responderam, 13 estudantes (4,7%) deram respostas inacabadas e 179 finalizaram o questionário com sucesso (64,6%) sendo, portanto, este o universo em estudo (Apêndice II).

4.2 Análise dos dados do estudo empírico

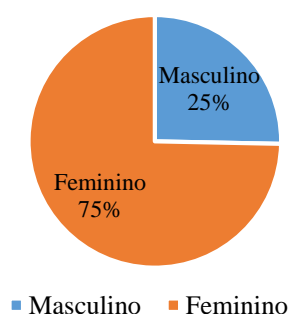
4.2.1 Mobilidade Erasmus na FLUL

Tendo em conta os dados concedidos pela Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional (Apêndice I), relativamente aos estudantes que participaram no programa Erasmus no período de 2010/11 a 2014/15, contabilizaram-se 869 alunos, sendo que, no ano letivo 2010/11 participaram 21,7% (189) estudantes, no ano 2011/12 foram 19,7% (172) estudantes, em 2012/13 participaram 19,9% (173) estudantes, no ano 2013/14 estiveram 18,7% (163) estudantes e por último, no ano 2014/15 contabilizaram-se 19,7% (172) estudantes Erasmus *incoming*, deste modo, podemos observar que, o valor anual se manteve constante neste período de 2010/11 a 2014/15. Ao longo dos cinco anos, participaram 649 mulheres (75%) e 220 homens (25%). Esta discrepância deve-se ao facto de as mulheres na maioria das vezes preferirem

curso humanístico ao passo que os homens optam mais por curso técnico. Visto que a FLUL oferece curso humanístico, a maioria dos alunos são mulheres (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estudantes *incoming* por género na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

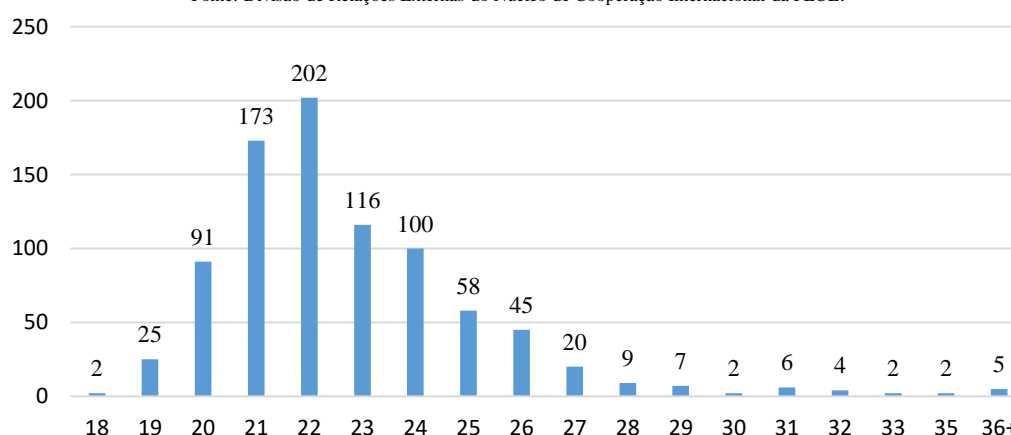
Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



No que respeita à caracterização social e académica da amostra, verificámos que as idades dos estudantes inquiridos englobam os grupos etários dos 20 aos 36 anos. De forma mais pormenorizada, podemos verificar que existem mais alunos a participar no programa Erasmus na faixa etária dos 20 aos 24 anos, dos quais, 202 estudantes (23,2%) tinham 22 anos, 173 estudantes com 21 anos (19,9%), 116 estudantes com 23 anos (13,3%), 100 estudantes com 24 anos (11,5%) e 90 estudantes com 20 anos (10,3%) (Gráfico 8).

Gráfico 8: Idade dos estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

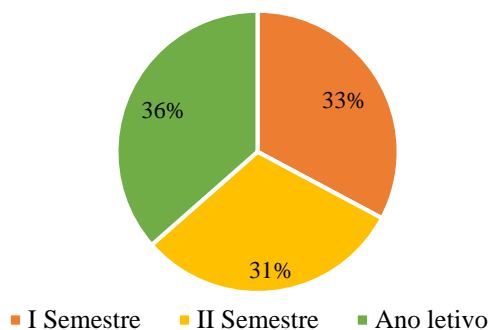
Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



Relativamente ao período letivo da mobilidade, os estudantes Erasmus têm direito a frequentar o primeiro ou o segundo semestre ou um ano letivo completo. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ao longo destes cinco anos, observámos que 317 (36%) dos alunos frequentaram um ano letivo completo, enquanto que 285 (33%) frequentaram o primeiro semestre e 267 (31%) estudantes o segundo semestre (Gráfico 9).

Gráfico 9: Estudantes *incoming* por período de estudo na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

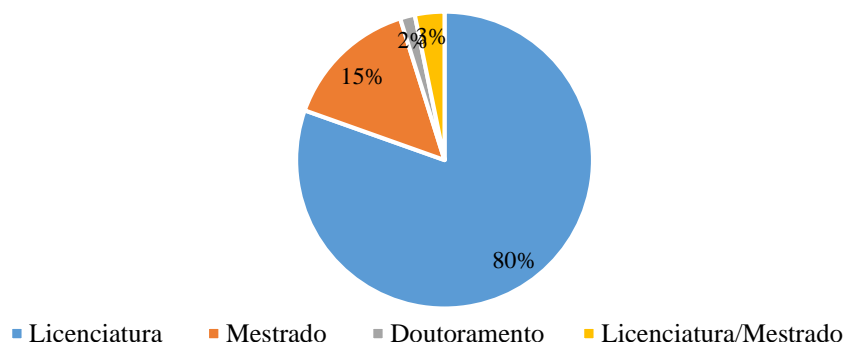
Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



Quanto ao nível académico dos estudantes Erasmus na FLUL (gráfico 10), de 2010/11 a 2014/15, apurámos que 699 alunos, representando um total de 80%, frequentaram a Licenciatura, 15% frequentaram o nível de Mestrado (128 estudantes) e 14 estudantes, correspondendo a 2%, frequentaram o Doutoramento. No entanto, importa salientar que 28 dos estudantes, ou seja 3%, frequentavam a Licenciatura/Mestrado, isto significa que, caso um aluno de Mestrado tivesse disciplinas que não correspondessem às do seu país de origem, poderia frequentar as de Licenciatura, desde que o estudante pedisse as autorizações necessárias.

Gráfico 10: Nível académico dos Estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

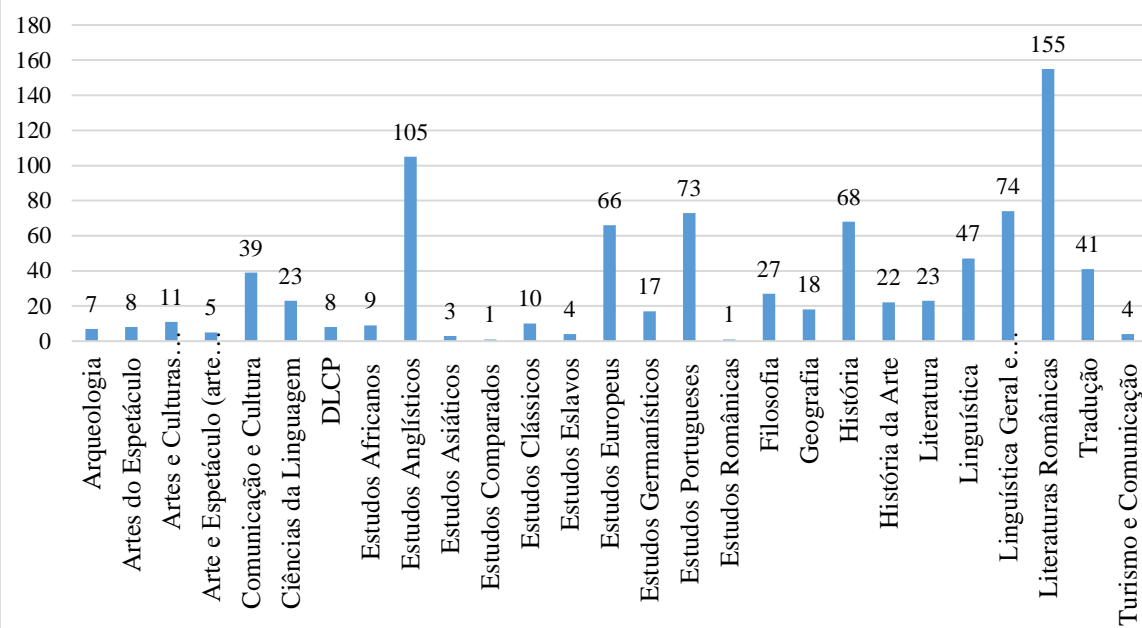
Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



No que concerne às áreas de estudo que os estudantes *incoming* frequentaram na Faculdade de Letras podemos concluir que em 869 estudantes que fizeram mobilidade, 155 estudantes (17,8%) frequentaram Literaturas Românicas e 105 estudantes (12,1%) Estudos Anglisticos. Verificámos, portanto, que estas duas áreas foram as mais frequentadas pelos estudantes *incoming*. Quanto à área da Linguística Geral e Românicas, esta foi frequentada por 74 estudantes (8,5%) e a área de Estudos Portugueses e Lusófonos foi frequentada por 73 estudantes (8,5%). Cursos de História (7,8%), Estudos Europeus (7,6%), Linguística (5,4%), Tradução (4,7%), Comunicação e Cultura (4,5%), Filosofia (3,1%), Literatura e Ciências da Linguagem ambos com (2,6%), História da Arte (2,5%), Geografia (2%), Estudos Germanísticos (1,9%) e Arte e Culturas Comparadas (1,2%) foram os menos procurados pelos alunos (Gráfico 11).

Gráfico 11: Áreas de Estudo dos estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

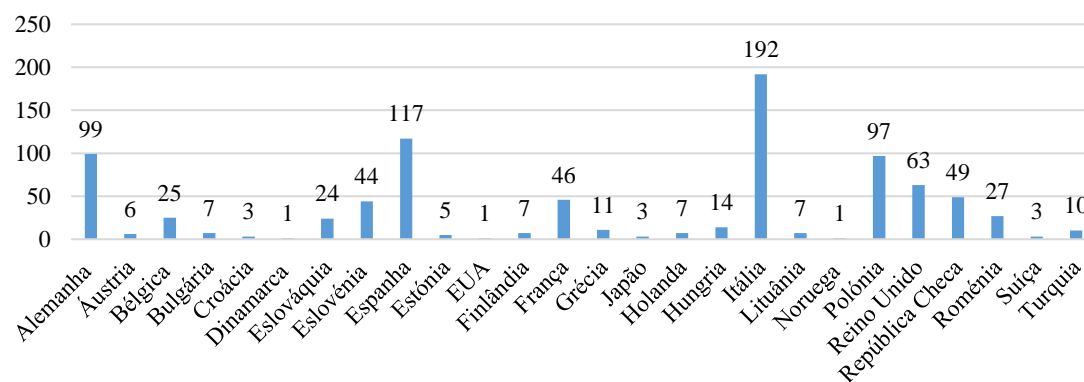
Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



Conforme podemos observar no gráfico 12, os estudantes em mobilidade Erasmus que frequentaram a FLUL no período em análise são maioritariamente de origem italiana (192), sendo que durante os cinco anos analisados estes representaram 22,1% do total de alunos recebidos. Seguem-se-lhes os 117 (13,5%) estudantes de origem espanhola, 99 (11,4%) estudantes de origem alemã e 97 (11,1%) estudantes de origem polaca. Provenientes do Reino Unido, a FLUL acolheu 63 (7,3%) estudantes, da República Checa 49 (5,6%) estudantes, de França vieram 46 (5,3%) estudantes, ao passo que da Eslovénia vieram 44 (5%) estudantes, da Roménia 27 (3,1%), da Bélgica 25 (2,9%), da Eslováquia 24 (2,8%) e da Hungria 14 (1,6%) estudantes. No período de cinco anos em análise, vieram menos de 10 (1,1%) estudantes dos seguintes países: Turquia, Suíça, Noruega, Lituânia, Holanda, Finlândia, Estónia, Grécia, Estónia, Dinamarca, Croácia, Bulgária e Áustria.

Gráfico 12: Estudantes *incoming* por país de origem na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



Em suma, verificámos que, ao longo destes cinco anos (2010/11 a 2014/15), a FLUL recebeu 869 estudantes erasmus *incoming*, mais de metade (75%) eram mulheres. Os estudantes que mais participaram no programa Erasmus tinham uma idade de 22 anos (22,3%). Quanto ao período de estadia, não há grande diferenciação entre os valores, observámos que, 36% dos alunos frequentaram um ano letivo completo, 33% frequentaram o primeiro semestre e 31% dos estudantes estudaram no segundo semestre. O nível académico Licenciatura foi o mais frequentado (80%) na FLUL. No que concerne às áreas de estudo que os estudantes *incoming* frequentaram, podemos concluir que 17,8% frequentaram Literaturas Românicas e 12,1% Estudos Anglísticos. A origem geográfica dos alunos que vieram no total dos cinco anos (2010/11 a 2014/15) para FLUL, são italianos (22,1%) seguem-se-lhes os estudantes espanhóis (13,5%) e os estudantes alemães (11,4%).

4.2.2 Os alunos Erasmus nos anos letivos de 2010 a 2015

Conforme referido anteriormente, foi feito um questionário aos estudantes Erasmus *incoming* na FLUL em que obtivemos 179 respostas válidas correspondendo a 20,6% do total de alunos a participar no programa Erasmus durante o período em estudo. No presente inquérito, os estudantes Erasmus analisados são maioritariamente provenientes de Itália 42 (23,5%), Espanha 20 (11,2%), Alemanha 17 (9,5%), Polónia 15 (8,4%), França 16 (9%), Eslovénia e Eslováquia ambos com 11; (6,1%) e Roménia e República Checa 8 (4,5%) estudantes. Sendo os 4 primeiros países os de maior fluxo de

chegada à FLUL podemos considerar esta amostra como sendo representativa da população e deste modo, poderemos considerá-los objeto de análise. (Apêndice II).

Este inquérito foi realizado com o intuito de caracterizar com maior detalhe os alunos que procuraram a FLUL, visto que, os dados estatísticos da DRE não permitem ter um conhecimento tão aprofundado como o que se pretendia.

Assim, podemos analisar que a maioria dos inquiridos são do sexo feminino (76%), contrastando com os (24%) do sexo masculino.

Ao efetuar a apreciação do seu nível de português no início e no final da mobilidade, os estudantes consideraram que houve uma melhoria generalizada, pois 38,5% indicavam o nível A1, 23,5% o nível A2 e 22,9% o nível B1 quando começaram o programa Erasmus e sentem que alcançaram um nível mais alto: B1 (20,7%), B2 (33,5%) e C1 (16,8%). Os conhecimentos da língua e o acesso à informação sobre a mesma foi obtido com sucesso porque, 53,1 % dos estudantes *incoming* participaram no curso de língua portuguesa que a faculdade disponibilizou para o efeito. O ICLP⁵⁹ (Instituto da Língua e Cultura Portuguesa), tem como principal objetivo divulgar a cultura e a língua portuguesa junto de públicos que não têm o português como língua materna. Oferece aos estudantes Erasmus o curso PLE (Português Língua Estrangeira), podendo optar por um curso intenso no mês setembro ou semestral, sendo este um curso pago no valor de 75€. Para obtenção do certificado e respetivos 4 ECTS (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos) os alunos têm de assistir, no mínimo, a 75% das aulas. Esta obrigatoriedade leva a que os alunos alcancem um maior nível de conhecimento da língua.

Outra razão apontada pelos estudantes para que o seu nível de língua portuguesa tivesse melhorado é o facto de estarem em contacto com os estudantes locais (9%). Apesar de este ser um valor relativamente reduzido, é importante salientar que 50,3% preferem estar em contacto com ambos, isto é, estudantes portugueses e Erasmus.

Na análise dos resultados do inquérito, relativamente à escolha de Portugal e neste caso específico, a preferência pela cidade Lisboa como destino da mobilidade, os estudantes nomearam como principais fatores “curiosidade acerca do país” (69,3%), “capital antiga e fascinante” (67,4%), “património e belezas naturais” (47,8%), “clima agradável” (43%), “boa qualidade de vida com baixos custos” (36,3%) e “recomendado

59 ICLP - <http://www.iclp.lettras.ulisboa.pt/index.html>

por colega/professor” (32%)⁶⁰. Ainda, relativamente a esta questão foi dada a opção “outros”, a qual possibilitou ao estudante escrever a sua própria resposta opinativa. Desde modo, constatámos que, “melhorarem as suas habilidades linguísticas de português”, “no seu país de origem frequentavam o curso a língua e cultura portuguesa”, “familiares em Lisboa” e “perceber o significado da palavra Saudade” foram motivos que no seu entender, levaram estes estudantes a escolher Portugal e principalmente a cidade Lisboa como seu destino de Erasmus.

Ao escolherem a FLUL para efetuar Erasmus, os estudantes *incoming* alegaram ainda que esta mobilidade se deveu à “única oferta que a faculdade de origem tinha em Lisboa” (58,1%), a FLUL como a que “mais se adequa a sua área de estudo” (38,5%), que foram “recomendados pelos seus colegas/professores” (17,9%) e porque a FLUL tem uma dimensão grande de “diversidade multicultural de estudantes” (10,1%).

Os estudantes *incoming*, mostraram-se satisfeitos com a sua experiência na FLUL, (92,2%). Esta satisfação dos alunos foi comprovada com base nas suas respostas à questão sobre como descrevem a experiência Erasmus na FLUL. Os estudantes consideraram esta mobilidade na FLUL positiva (36,9%), muito positiva (35,2%) e excelente (20,1%). Alguns alunos (7,3%) classificaram a sua experiência com negativa, consideramos que tal possa ter acontecido por considerarem que tinham demasiada burocracia em todos os processos da universidade e ainda pelo facto de as aulas apenas serem lecionadas em português o que fazia com que a aprendizagem fosse dificultada.

Tendo como base a questão sobre se os estudantes pretendem voltar a Portugal depois do programa Erasmus, a maioria dos estudantes (61,5%) afirmaram que planeiam voltar para Portugal de férias ou visitar os amigos, cerca de (9,5%) gostariam de voltar para trabalhar e (6,1%) para fazer um estágio. Nesta questão foi dada a opção “outros”, na qual 14% dos estudantes escreveram a sua própria opinião. Nesta questão aberta, os estudantes referiram que “gostariam de viver em Portugal”, “já voltaram para realizar um estágio”, “voltaram para fazer um mestrado numa outra IES portuguesa” e outros “após a mobilidade continuam a morar em Portugal”.

Quanto à questão sobre o porquê de os estudantes decidiram optar pelo programa Erasmus, cerca de 84,9% afirmam que o principal motivo foi ganhar uma nova experiência pessoal, 73,2% dos estudantes foi com o objetivo de “estar em contacto com uma nova cultura”, “fazer um ano académico num país diferente” (70,4%), “conhecer

60 A soma da percentagem é superior a 100%, porque, os respondentes podiam escolher mais do que uma hipótese de resposta.

peças novas” (66,5%) e “aprender nova língua” (58,7%)⁶¹. Estes foram os principais fatores que levaram os estudantes a fazer um ano académico ou um semestre num outro país da UE que não o seu de origem.

4.3 Considerações finais

Os dados concedidos através da Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional, constatámos que participaram mais mulheres (75%) do que homens (25%) o que também se verificou nos alunos que responderam ao inquérito mulheres (76%), homens (24%).

Quanto à origem geográfica dos alunos que vieram para a FLUL, a maioria são provenientes de Itália, Espanha e França. Podemos compreender este dado por estes serem países culturalmente próximo, cujas raízes culturais e linguísticas são comuns.

Os estudantes *incoming* da FLUL consideraram que a sua estadia em Portugal foi muito satisfatória (92,2%). A experiência em Portugal mostrou-se ainda uma forma de mudança para os estudantes, já que estes viram alterações, para melhor, nas suas capacidades pessoais. Seja a nível da capacidade de adaptação, flexibilidade, capacidade de trabalhar e consciência cultural.

A mobilidade dos estudantes na FLUL foi realizada com sucesso também, devido ao contacto com os estudantes locais que ajudaram a explicar a cultura local e com a ajuda da Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional. Deste modo, os estudantes *incoming* mostraram-se satisfeitos com a atmosfera vivida e presenciada no país de acolhimento, estando particularmente muito satisfeitos com a vida social em Portugal.

Em suma, os resultados obtidos permitiram concluir que a Divisão de Relações Externas contribui para a internacionalização da faculdade, através da gestão da mobilidade internacional e essencialmente da gestão do programa Erasmus, e que, quanto maior for a eficácia das estratégias de comunicação por parte da Divisão de Relações Externas, maior é o impacto destas na promoção da internacionalização da Faculdade de Letras.

⁶¹ A soma da percentagem é superior a 100%, porque, os respondentes podiam escolher mais do que uma hipótese de resposta.

Conclusão

Em conclusão, as Universidades do século XXI, têm enfrentado novos desafios com o desenvolvimento da sociedade contemporânea, implementando assim, um ensino superior mais eficaz e coerente. Numa sociedade baseada na globalização e no conhecimento, a cooperação entre as universidades e o setor produtivo são cada vez mais precisas.

O ensino superior está a adquirir uma dimensão internacional crescente. Os estabelecimentos de ensino superior aceitam cada vez mais estudantes de vários países através dos processos de intercâmbio de estudantes, docentes e projetos de investigação. As expectativas dos alunos estão a mudar, pois cada vez mais podem escolher o que aprender, como aprender e quando aprender em função das suas necessidades e interesses individuais, estando aptos a fazê-lo no seu país de origem ou no estrangeiro.

“À medida que as economias nacionais se tornam mais interligadas e a participação na educação se expande, o ensino superior surge como um meio de ampliar os horizontes dos alunos e ajudá-los a compreender melhor as línguas, culturas. Estudar no estrangeiro é uma experiência cultural e pessoal importante para os estudantes, bem como uma forma de melhorar a sua empregabilidade nos setores globalizados do mercado de trabalho” (OECD,2016: p.328).

Para assegurar este crescimento no sector da educação, é necessário adaptar estratégias globais de internacionalização, que requer a participação de todas as IES, estas estratégias visam, “promover a mobilidade internacional dos estudantes e corpo docente; promover a internacionalização e o desenvolvimento dos currículos e a aprendizagem digital e incentivar a cooperação estratégica, as parcerias e o reforço das capacidades”. “Uma estratégia global de internacionalização significa, acima de tudo, interligar o posicionamento das IES, dos seus estudantes, investigadores e corpo docente com os sistemas nacionais, ligados às várias atividades relevantes relacionadas com a investigação, a inovação e o ensino superior, num plano mundial. Este plano deve ser concebido de acordo com o seu perfil individual, as necessidades do mercado de trabalho e a estratégia económica do país” (COM,2013: p.4).

A cooperação a nível da União Europeia, tem proporcionado um desenvolvimento elevado de intercâmbios entre as IES. O processo de Bolonha, os programas de mobilidade, o antigo programa Erasmus e o novo programa da UE, Erasmus +, (que entrou em vigor em 2014 até 2020, veio substituir os programas vigentes da UE em todos

os domínios da educação, nomeadamente, o programa Aprendizagem ao Longo da Vida, Erasmus, o Leonardo da Vinci, o Comenius, o Grundtvig, o programa Juventude em Ação, Erasmus Mundus, Tempus, Alfa, Edulink) e alguns instrumentos de transparência e reconhecimento de competências e qualificações, como o sistema de créditos (ECTS), o quadro de qualificações e as diretrizes para garantir a qualidade, ajudaram os sistemas nacionais de ensino superior da UE a alcançar um grau significativo de internacionalização intraeuropeia (COM, 2013).

Desde a implementação da Estratégia de Lisboa e do Programa “Educação e Formação 2010”, o lançamento da nova Estratégia Europa 2020 para o crescimento e emprego, veio precisamente confirmar essa importância e consolidar todos os esforços até então empreendidos nesta área, a qual se encontra assente num quadro estratégico que engloba os sistemas e níveis de educação e formação no seu todo, numa perspetiva de Aprendizagem ao Longo da Vida.

O programa Erasmus criado em 1987 como um programa de mobilidade estudantil, conduziu à deslocação de um grande número de estudantes e docentes para o estrangeiro, tem vindo a evoluir constantemente. O objetivo da mobilidade é promover um crescimento das oportunidades a nível profissional e conseguir conciliar diversos sistemas de ensino, tornando-se, por isso, algo muito atrativo para os estudantes, uma vez que, a mobilidade não visa apenas os estudantes, mas também docentes e não docente, que querem adquirir novas aptidões tais como, aprender uma outra língua, conhecer uma cultura nova, aprender outros métodos de ensino, assim sendo, as IES são as principais incentivadoras dos estudantes e dos docentes a desenvolver uma experiência internacional.

Em Portugal, a internacionalização das instituições de ensino superior foi impulsionada pela adesão à Declaração de Bolonha e, atualmente, é uma das principais apostas das instituições e dos órgãos de governação.

As instituições de ensino superior portuguesas têm vindo, cada vez mais, a atrair um número crescente de estudantes estrangeiros, devido a programas de mobilidade e intercâmbio através do regime geral de acesso. Como se referiu no capítulo III, a internacionalização das IES portuguesas está condicionada pela natureza de dois “espaços”, por um lado, há o que se pode chamar de países do espaço “lusófono”, integrados pelos PALOP, Brasil, Timor-Leste e Macau, e por outro lado, existe a cooperação com os Estados Europeus. A mobilidade internacional em Portugal é dividida em duas categorias: i) a mobilidade internacional de grau que no ano 2015/16 apresentou

um total de 19.815 estudantes inscritos (maioritariamente estudantes de Brasil, Angola e Cabo Verde) e ii) a mobilidade internacional de crédito, com um total de 13.282 estudantes inscrito no mesmo ano 2015/16 (os estudantes ao abrigo deste programa são maioria de Brasil, Espanha, Itália, Polónia e Alemanha).

No que respeita à mobilidade estudantil ao abrigo do programa Erasmus, recebida pela FLUL, de uma forma muito sucinta, verificou-se através dos dados concedidos pela Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional que, ao longo dos cinco anos (2010/11 a 2014/15), a faculdade recebeu 869 estudantes erasmus *incoming*, de origem italiana, espanhola e alemã e, mais de metade dos estudantes eram mulheres. Relativamente ao período em estudo, não se apresenta nenhuma discrepância, de uma forma equilibrada os estudantes participaram um ano letivo completo e em ambos os semestres. Os cursos Literaturas Românicas, Estudos Anglísticos, Linguística Geral e Românicas e a área de Estudos Portugueses e Lusófonos foram os que mais estudantes inscritos tiveram.

Como se referiu anteriormente, foi realizado um questionário aos alunos dos mesmos anos letivos (2010/11 a 2014/15). Este inquérito foi realizado com o intuito de caracterizar com maior detalhe os alunos que procuraram a FLUL, visto que, os dados estatísticos da DRE (Divisão de Relações Externas) não permitem ter um conhecimento tão aprofundado como o que se pretendia. De uma forma muito sucinta, os alunos, consideraram que a sua estadia em Portugal foi muito satisfatória (92,2%), e melhoraram as suas capacidades pessoais, seja a nível de adaptação, flexibilidade, capacidade de trabalhar e consciência cultural. Relativamente ao nível de português no início e no final da mobilidade, os estudantes consideraram que houve uma melhoria generalizada, isto porque mais de metade dos estudantes participaram no curso de língua portuguesa que a faculdade disponibilizou e a interação com os estudantes locais facilitou também a sua aprendizagem.

Mas, como não é tudo perfeito, uma percentagem baixa de alunos (7,3%), classificaram a sua experiência com negativa, consideramos que tal possa ter acontecido por considerarem que existia burocracia em todos os processos da universidade e ainda pelo facto de as aulas apenas serem lecionadas em português o que fez com que a aprendizagem fosse dificultada.

Recomenda-se às instituições, que aumentem a oferta de cursos para alunos Erasmus em língua inglesa, o que irá facilitar bastante sua aprendizagem.

É aconselhado também que as instituições preparem os seus estudantes para aperfeiçoar os conhecimentos que têm da língua nacional do país de destino. Com efeito, alguns países, passaram a exigir um nível básico da língua nacional aos estudantes internacionais para ajudar no seu processo de mobilidade, de modo a facilitar a estadia, a comunicação e a aprendizagem dos alunos durante o seu período no estrangeiro.

Por último e, em síntese, a internacionalização das IES, está relacionada com a mobilização de estudantes, investigadores e docentes. De modo a que exista esta mobilização, é preciso criar projetos e protocolos de cooperação entre vários parceiros internacionais. Contudo, para que esta internacionalização e mobilização tenha efeitos foi preciso criar os Departamentos de Relações Internacionais, sendo estes fulcrais, pois são eles que asseguram e representam as estratégias e as políticas que os governos implementam para a internacionalização da instituição.

Referências bibliográficas

Altbach, P. G; Knight, J. (2007). The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities; Journal of Studies in International Education Vol.11:290-305.

Azevedo, J. (2009). A criação do Espaço Europeu de Ensino Superior e a garantia da qualidade: entre a competitividade, o desenvolvimento humano e a liberdade. Oração de Sapiência. Universidade Católica de Luanda, Angola.

Bologna Process 2020 (2009). The European Higher Education Area in the new decade: Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Leuven and Louvain-la-Neuve.

Bologna Process Revisited, (2015). The Future of the European Higher Education Area.

COM. (2013). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - *O Ensino Superior Europeu no Mundo*, Bruxelas.

Comissão Europeia, (2009). EURYDICE A Rede de Informação sobre Educação na Europa: Ensino superior na Europa: evolução do processo de Bolonha, Bruxelas.

Conferência de Ministros. (2003). Responsáveis pelo Ensino Superior Comunicado. Berlim.

Conselho Europeu de Lisboa, (2000):

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm

Declaração de Bolonha, (1999):

https://media.ehea.info/file/Ministerial_conferences/05/3/1999_Bologna_Declaration_Portuguese_553053.pdf .

Declaração de Sorbonne, (1998):

http://www.uc.pt/ge3s/pasta_docs/outros_docs/decl_sorbonne .

DGES, Programa Educação e Formação 2020.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência:

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/> .

Erasmus + statistics (2014):

http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/statistics/2014/portugal_en.pdf .

Erasmus +: Guia do programa.: [http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-](http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/erasmusplus/files/files/resources/erasmus-plus-programme-guide_pt.pdf)

[plus/sites/erasmusplus/files/files/resources/erasmus-plus-programme-guide_pt.pdf](http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/erasmusplus/files/files/resources/erasmus-plus-programme-guide_pt.pdf) .

European Commission, (2014). Erasmus 2012-13: the figures explained. Brussels.

European Commission, (2015). Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-14, Brussels.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Divisão de Relações Externas:

<http://www.letras.ulisboa.pt/pt/sobre-a-flul/administracao-e-servicos/relacoes-externas>

Gotardo. G (2014). Entrevista Jane Knight: Universidades apostam na internacionalização. nº 185.

Guerreiro, C. (2015). A Internacionalização do Ensino Superior Português As Razões, As Estratégias e os Desafios, Felgueiras.

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm

IAU Survey Report. (2003). Internationalization of Higher Education Practices and Priorities.

Instituto da Língua e Cultura Portuguesa: <http://www.iclp.lettras.ulisboa.pt/index.html>

Jofin, J. (2009). "Internationalisation of higher education": *An evaluation study of internationalisation efforts at the University of Chester*. (Unpublished master's thesis). University of Chester, United Kingdom.

Jornal oficial da UE C119, Informações Oriundas das Instituições e dos Órgãos da União Europeia (2009). *Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação* («EF 2020»).

Linhas de Orientação Estratégica para o Ensino Superior:

<http://www.portugal.gov.pt/media/1417111/20140510%20mec%20linhas%20estrategicas%20e%20nssup.pdf>

Knight, J. (1999). *Internationalisation of Higher Education: Quality and Internationalization in Higher Education*. OECD.

Knight, J. (2008). *Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization*, Boston.

MADR/MEC - Grupo de Trabalho. Relatório. (2014) *Uma Estratégia para a Internacionalização do Ensino Português: Fundamentação e Recomendações*.

Magna Carta das Universidades, (1988). Bolonha.

Making the Most of Our Potential. (2012). *Consolidating the European Higher Education Area* Bucharest Communiqué.

MEMO, (2013). *Nota informativa - Erasmus + Perguntas mais frequentes*, Estrasburgo/Bruxelas.

Ministerial Conference Prague 2001: <https://www.ehea.info/cid100256/ministerial-conference-prague-2001.html>

Ministerial Conference Bergen 2005: <http://www.ehea.info/cid101762/ministerial-conference-bergen-2005.html>

Ministerial Conference Berlin 2003: <http://www.ehea.info/cid100938/ministerial-conference-berlin-2003.html>

Ministerial Conference Bucharest, 2012.:
https://media.ehea.info/file/2012_Bucharest/67/3/Bucharest_Communique_2012_610673.pdf

Ministerial Conference Budapest-Vienna, 2010:
<http://www.ehea.info/cid101033/budapest-vienna-declaration.html>

Ministerial Conference Leuven/Louvain-la-Neuve ,2009:
<http://www.ehea.info/cid101040/ministerial-conference-leuven-louvain-la-neuve-2009.html>

Ministerial Conference London, 2007: <https://www.ehea.info/cid101763/ministerial-conference-london-2007.htm>

Ministerial Conference Prague 2001: <https://www.ehea.info/cid100256/ministerial-conference-prague-2001.html>

Ministerial Conference Yerevan 2015 - European Higher Education:
<https://www.ehea.info/cid101764/ministerial-conference-yerevan-2015.html>

Morosini, M. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *The state of knowledge in the internationalization of higher education – Concepts and practices*. Educar, Curitiba, n. 28, 107-124.

OECD. (2013). Education at a Glance: *OECD Indicators* p.304-324.

OECD. (2016). Education at a Glance: *OECD Indicators* p.328-345

On the way to Erasmus+: A Statistical Overview of the ERASMUS Programme in 2011/12.

Qiang, Z. (2003). Internationalization of Higher Education: *towards a conceptual framework*. *Policy Futures in Education*, Vol1, nº2, 248-270.

Santiago, P. (2009). Políticas educativas no espaço europeu- Um novo traçado na cooperação europeia, Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais. Coimbra.

Teichler, T. (2004). The changing debate on internationalisation of higher education, *Higher Education* 48: 5–26.

Teixeira, E. (2009). Tradição e inovação: um desafio para a universidade do século XXI. *Porto Alegre*, v. 32, n. 1, p. 65-70, jan./abr.

Tőkés, L. (2012). Sobre a Modernização dos sistemas de Ensino Superior da Europa, Comissão da Cultura e da Educação, Parlamento Europeu.

UNESCO. (1998). World Conference on Higher Education in the Twenty-first Century: Vision and Action; Paris: UNESCO.

Veiga, Amélia; Rosa, Maria João & Amaral, Alberto (2006), “The internationalisation of Portuguese Higher Education: How are higher education institutions facing this new challenge?”, *Higher Education Management and Policy*, 18(1): 113-128.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Diário da República, 1.ª série — N.º 135 — 14 de julho de 2015: Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2015

Diário da República, 1.ª série — N.º 48 — 10 de março de 2014: Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março - Regula o estatuto do estudante internacional.

Diário da República, 2.^a série — N.º 187 — 27 de setembro de 2013, Secção V, Artigo 28

Diário da República, 1.^a série — N.º 230 — 30 de novembro de 2016

Decreto-Lei n.º 266-E/2012 de 31 de dezembro

Apêndice

Apêndice I

Recolha dos dados da Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação
Internacional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

➤ **Gráfico 7:** Estudantes *incoming* por género na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Ano	Masculino	Feminino
2010/11	51	138
2011/12	46	126
2012/13	45	128
2013/14	35	128
2014/15	43	129
Total	220	649

Gráfico 7: Estudantes *incoming* por género na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.

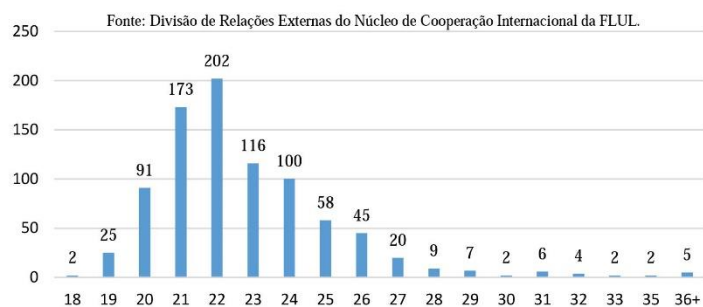


➤ **Gráfico 8:** Idade dos estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Ano	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	Total
Idade						
18	2	0	0	0	0	2
19	20	0	1	4	0	25
20	38	3	26	22	2	91
21	35	19	41	55	23	173
22	36	43	48	27	48	202
23	20	32	19	16	29	116
24	16	28	16	17	23	100
25	5	19	11	7	16	58
26	10	11	3	7	14	45
27	1	8	2	4	5	20
28	1	2	1	1	4	9
29	1	2	0	2	2	7
30	0	0	1	0	1	2
31	0	3	2	0	1	6
32	1	1	1	0	1	4
33	1	0	1	0	0	2

35	0	0	0	1	1	2
36+	2	1	0	0	2	5
						869

Gráfico 8: Idade dos estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

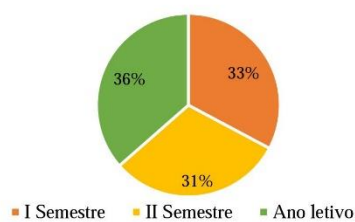


➤ **Gráfico 9:** Estudantes *incoming* por período de estudo na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Ano 2010 a 2015	Estudantes
I Semestre	285
II Semestre	267
Ano letivo	317
Total	869

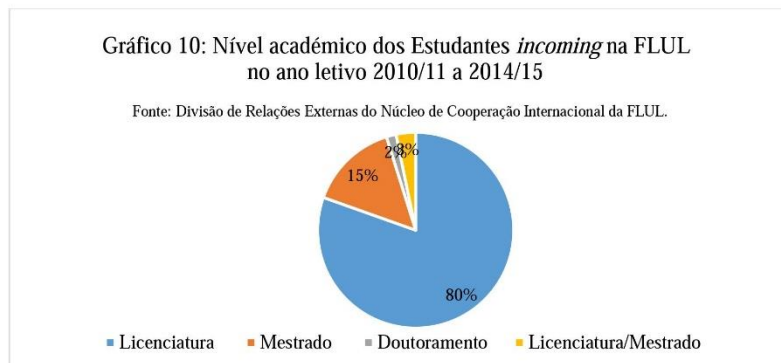
Gráfico 9: Estudantes *incoming* por período de estudo na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



- **Gráfico 10:** Nível académico dos Estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

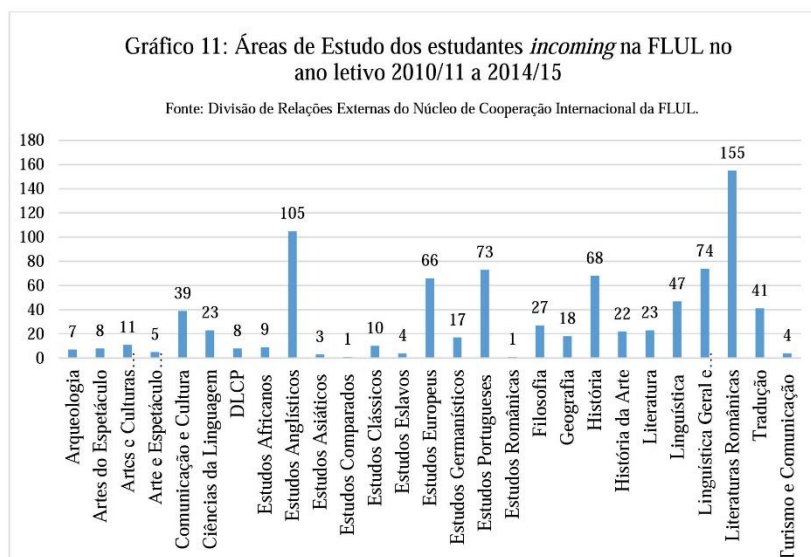
Ano 2010 a 2015	Estudantes
Licenciatura	699
Mestrado	128
Doutoramento	14
Licenciatura/Mestrado	28
Total	869



- **Gráfico 11:** Áreas de Estudo dos estudantes *incoming* na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Área de Estudo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Total
Arqueologia	0	0	1	2	4	7
Artes do Espetáculo	3	2	2	1	0	8
Artes e Culturas Comparadas	0	0	2	6	3	11
Arte e Espetáculo (arte cénica)	0	0	0	0	5	5
Comunicação e Cultura	8	9	6	7	9	39
Ciências da Linguagem	0	0	23	0	0	23
DLCP	8	0	0	0	0	8
Estudos Africanos	2	3	2	0	2	9
Estudos Anglisticos	20	24	36	7	18	105
Estudos Asiáticos	1	0	1	1	0	3
Estudos Comparados	0	1	0	0	0	1
Estudos Clássicos	2	2	1	0	5	10
Estudos Eslavos	2	2	0	0	0	4
Estudos Europeus	11	15	20	11	9	66
Estudos Germanísticos	3	1	3	6	4	17
Estudos Portugueses	0	5	2	36	30	73
Estudos Românicas	1	0	0	0	0	1
Filosofia	5	10	5	4	3	27
Geografia	18	0	0	0	0	18
História	22	16	5	12	13	68
História da Arte	1	5	9	4	3	22

Literatura	0	0	0	0	23	23
Linguística	6	20	0	0	21	47
Linguística Geral e Românica	26	0	20	25	3	74
Literaturas Românicas	46	52	29	25	3	155
Tradução	4	5	6	14	12	41
Turismo e Comunicação	0	0	0	2	2	4
Total	189	172	173	163	172	869



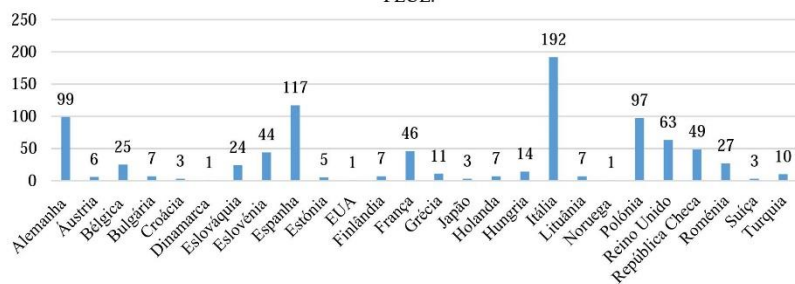
➤ **Gráfico 12:** Estudantes *incoming* por país de origem na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Países	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	Total
Alemanha	30	18	18	18	15	99
Austria	0	0	1	2	3	6
Bélgica	5	7	4	3	6	25
Bulgária	2	1	2	0	2	7
Croácia	0	0	0	2	1	3
Dinamarca	1	0	0	0	0	1
Eslováquia	6	6	7	2	3	24
Eslovénia	12	6	8	7	11	44
Espanha	19	25	32	24	17	117
Estónia	0	0	1	2	2	5
EUA	1	0	0	0	0	1
Finlândia	3	3	0	1	0	7
França	13	8	7	8	10	46

Grécia	1	1	4	1	4	11
Japão	1	2	0	0	0	3
Holanda	1	1	1	0	4	7
Hungria	5	4	1	2	2	14
Itália	37	37	39	38	41	192
Lituânia	3	2	1	0	1	7
Noruega	1	0	0	0	0	1
Polónia	20	18	21	22	16	97
Reino Unido	7	14	12	13	17	63
República Checa	11	12	8	9	9	49
Roménia	7	5	3	7	5	27
Suíça	1	0	1	1	0	3
Turquia	2	2	2	1	3	10
Total	189	172	173	163	172	869

Gráfico 12: Estudantes *incoming* por país de origem na FLUL no ano letivo 2010/11 a 2014/15

Fonte: Divisão de Relações Externas do Núcleo de Cooperação Internacional da FLUL.



➤ Estudantes *incoming* na FLUL nos anos letivos de 2010/11 a 2014/15

Ano letivo	Número de Estudante
2010/11	189
2011/12	172
2012/13	173
2013/14	163
2014/15	172
Total	869

Apêndice II









Questionário para estudantes Erasmus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Questionnaire for Erasmus student in Faculty of Letters
(ULisboa)



www.survio.com

General

	Nome de inquérito	Questionnaire for Erasmus student in Faculty of Letters (ULisboa)
	Autor	
	Idioma	 Português
	URL do inquérito	http://www.survio.com/survey/d/G9V807B4U504G9C7Z
	Primeira resposta	2015/07/20
	Última resposta	2015/10/12
	Duração	85 dias

Visitas do inquérito

277

Total
de visitas

179

Respostas
prontas

13

Respostas
inacabadas

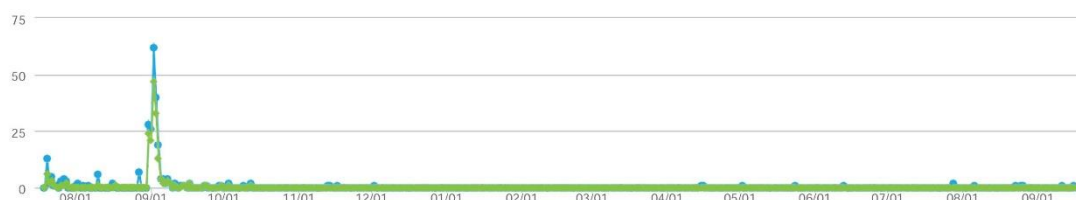
85

Apenas
mostrando

64,6 %

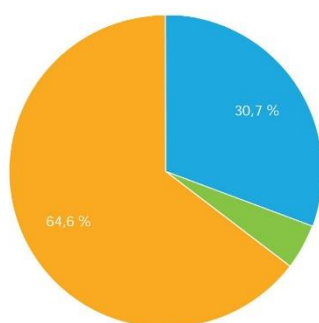
Sucesso
geral

Visitar História (2015/07/20 – 2015/10/12)



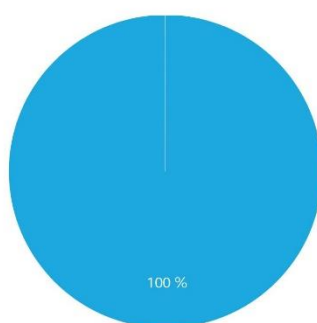
● Total de visitas (277) ● Respostas prontas (179)

Total de Acessos



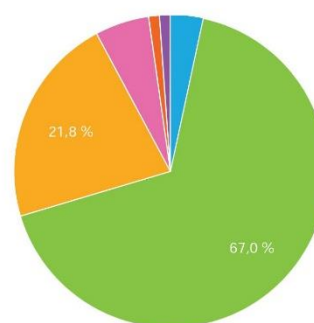
● Apenas mostrando (30,7 %)
● Incompleto (4,7 %)
● Concluído (64,6 %)

Visitar Fontes



● Link direto (100 %)

O tempo médio de realização



● 1-2 min. (3,4 %)
● 2-5 min. (67,0 %)
● 5-10 min. (21,8 %)
● 10-30 min. (5,6 %)
● 30-60 min. (1,1 %)
● >60 min. (1,1 %)

Resultados

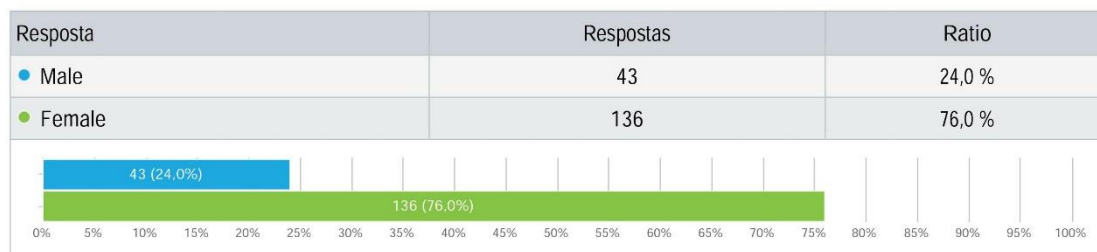
Year of birth:

Texto de resposta, respostas 179x, Não respondido 0x

- (36x) 1990
- (26x) 1991
- (8x) 1986
- (3x) 1985
- 1976
- 1980
- (22x) 1989
- (3x) 1994
- -1988
- -1993
- 85
- (17x) 1993
- (16x) 1987
- 1972
- 1981
- -1994
- (21x) 1992
- (16x) 1988
- 04101989
- 1979
- 26

Gender

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



Nationality:

Texto de resposta, respostas 179x, Não respondido 0x

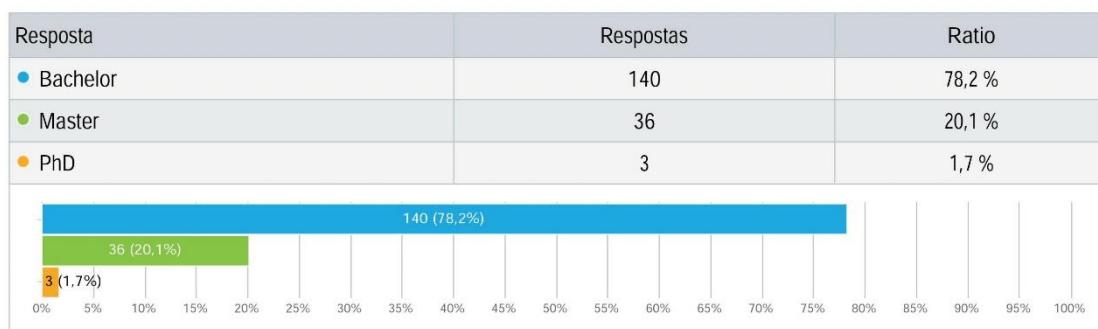
- Romenian
- (29x) Italian
- (14x) Spanish
- (4x) Spain
- German & Portuguese
- (7x) Romanian
- Latvian
- Brasileira
- Irish
- Japan
- (9x) Slovak
- (14x) German

- (5x) italian
- (5x) Italy
- France
- (6x) Slovenian
- (10x) French
- British
- (2x) french
- slovak
- (4x) Slovene
- (11x) Polish
- (2x) Hungarian
- Française French
- (4x) Belgian
- Bulgaria
- (4x) Greek
- (5x) Czech
- (3x) Lithuanian
- Austria
- Française
- AUT
- (2x) polish
- (2x) estonian
- Croatian
- Czech Republic
- czech
- swiss
- (3x) german
- Polaca
- POLISH
- (2x) Bulgarian
- italy
- ITALIAN
- spanish
- French-portuguese
- Dutch
- Slovakia
- slovenian
- Polónia
- German and Portuguese
- Czech republic

- italia
- València

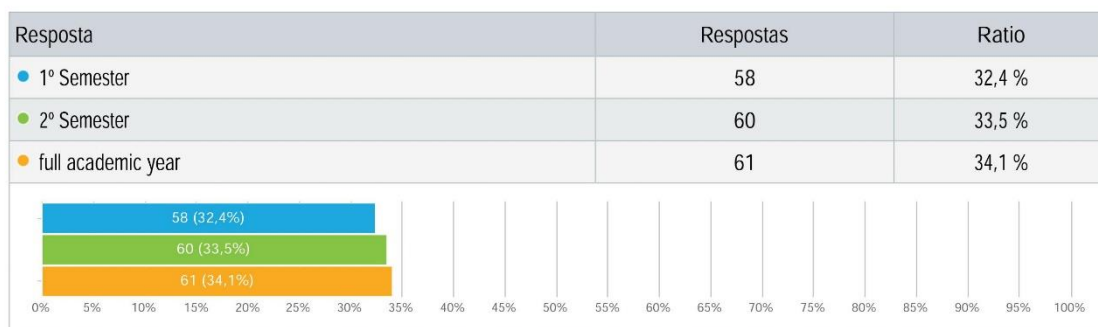
In which academic level have you attended your Erasmus mobility?

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



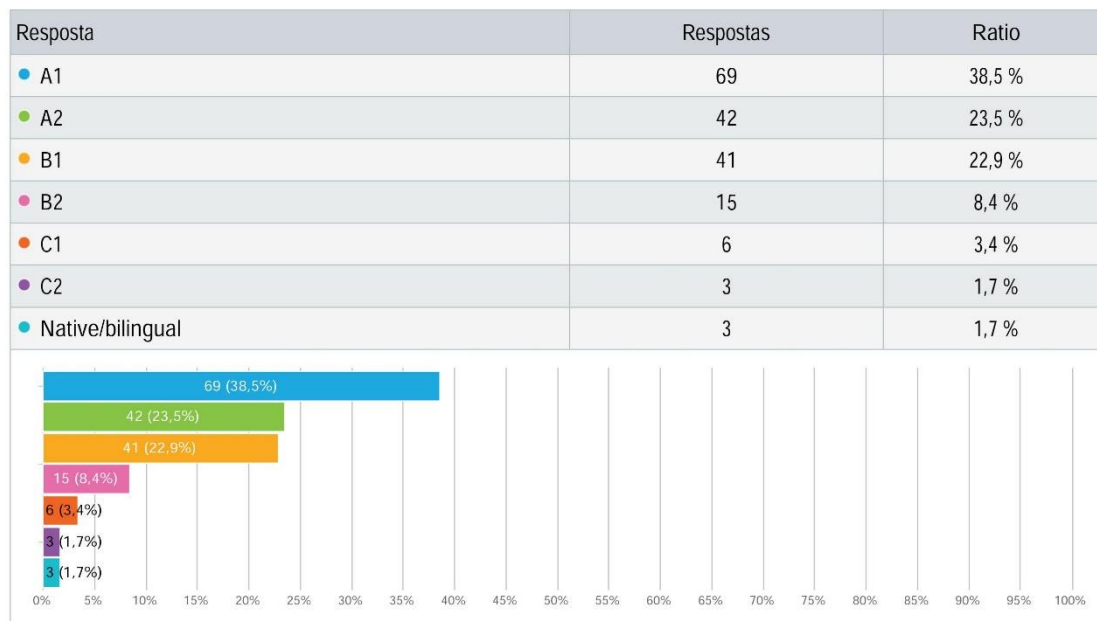
In which period have you attended your mobility?

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



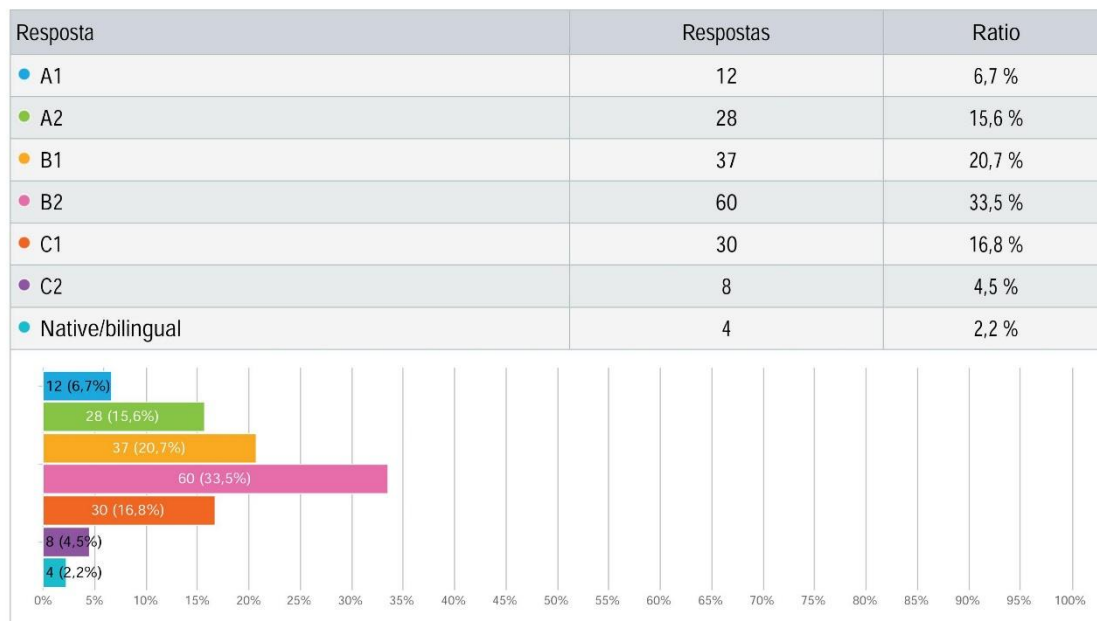
How do you consider your level of Portuguese language at the beginning of the Erasmus program in Portugal?

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



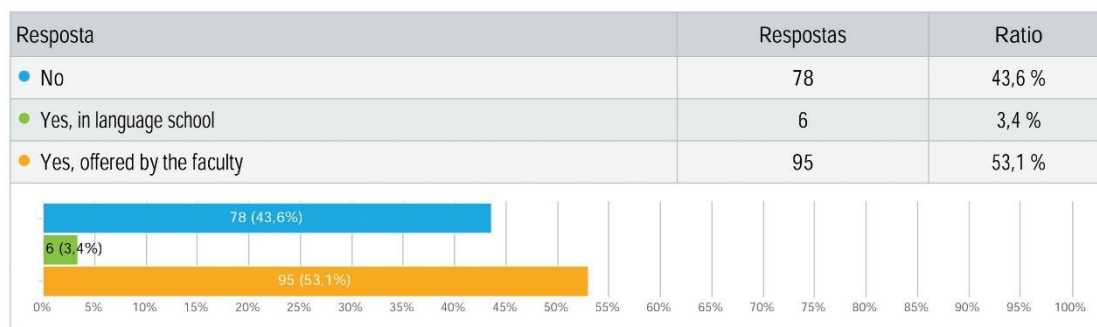
How do you consider the level of Portuguese language at the end of Erasmus program in Portugal:

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



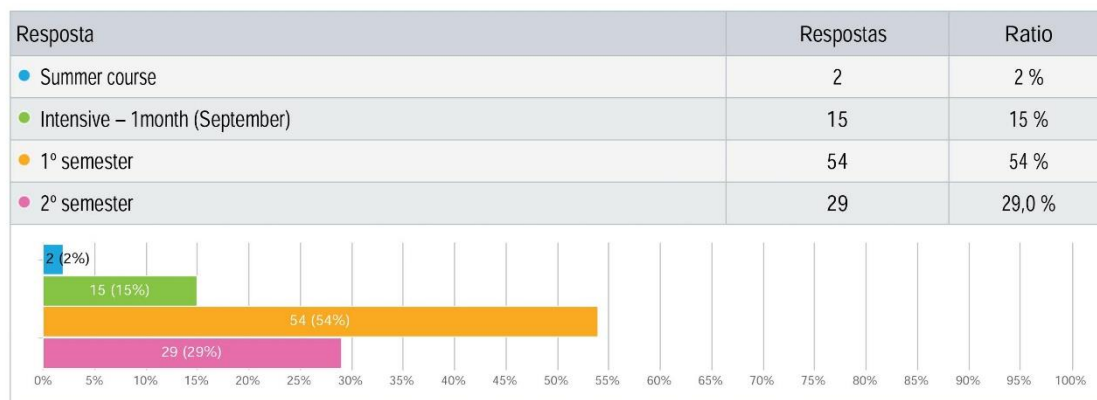
Did you attend any courses of Portuguese language during the Erasmus mobility?

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



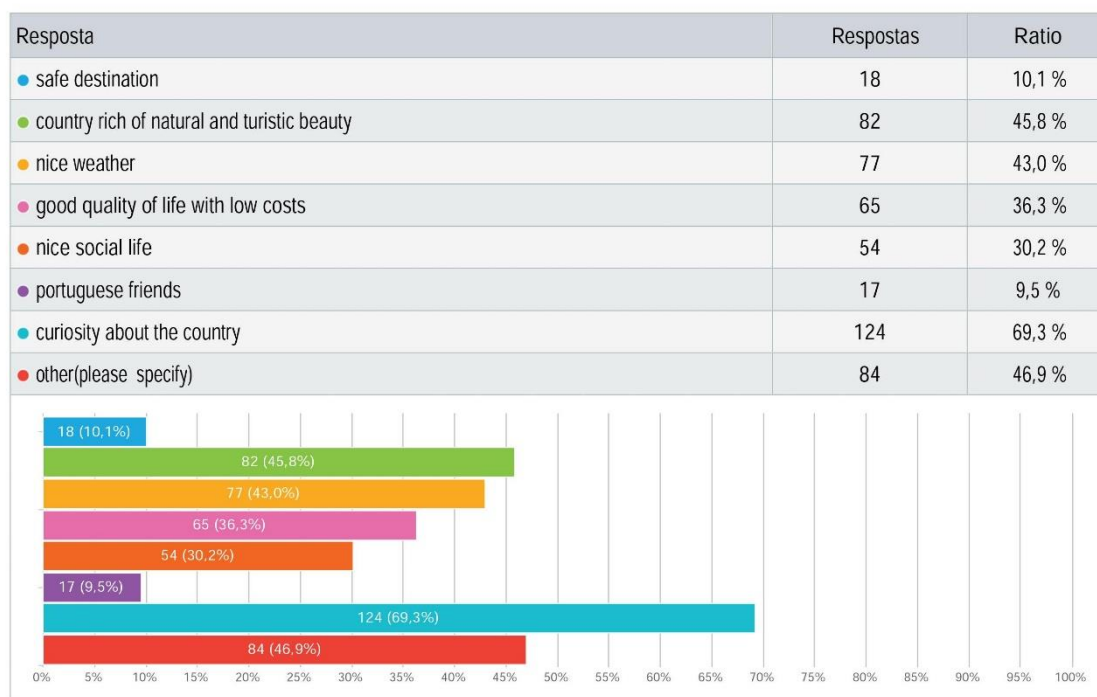
If you attended the language course in the faculty, which one did you do:

Seleção simples, respostas 100x, Não respondido 79x



Why did you choose Portugal as destination (more than one answer available):

Seleção múltipla, mais possíveis, respostas 179x, Não respondido 0x

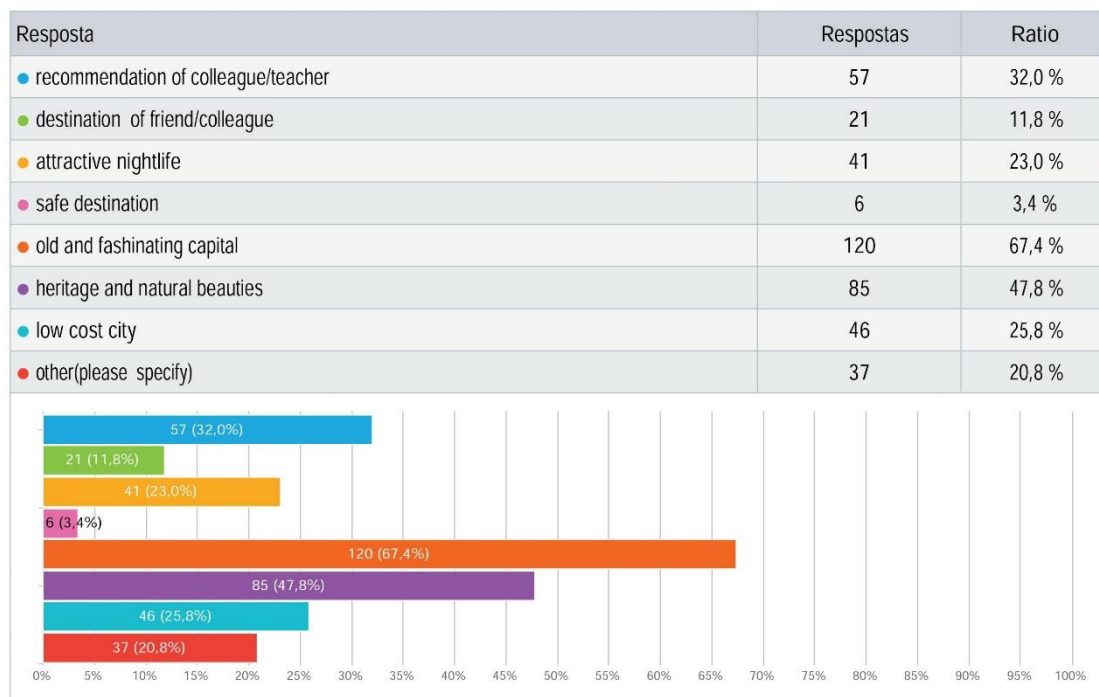


- language, level of the university
- roots of my family in Portugal
- (2x) To improve my language skills
- improve my minimal knowledge of portuguese language, put my self in different cultures and traditions
- native portuguese speakers
- to learn the language
- Studied Portuguese language previously
- to improve my portuguese
- (3x) Language
- Improve language skills
- I've studied portuguese language and literature at the University of Pisa and Bologna
- I was studying Portuguese in my alma mater at that time
- Specialisation of my degree (translation)
- I studied this language at the high school. And my thesis was about the economic crisis in Portugal.
- my mother is portuguese
- to do some research for my Master thesis and to learn another language
- Improve my language skills
- Interest to get to know the country
- studied Portuguese at university
- I wanted to be further than 1 day driving distance from home.
- LANGUAGE
- portuguese culture (mainly, literature), importance of portuguese language (opportunities in Brasil)
- Gosto da lingua Portuguesa
- I studied Portuguese language and literature at University
- I study Portuguese Language and Literature
- Terminar a minha licenciatura de português num país lusófono, o que me parecia óbvio
- Portuguese language is my major so I wanted to improve the language
- my boyfriend lives in Portugal
- I have family in Portugal.
- Because I study portuguese philology in my country.
- V
- Because I studied portuguese in my university and I was in love with this language, culture, etc..
- studying Portuguese Philology in Poland
- Due to wish improve Portuguese language skills
- I already had a good knowledge of the Portuguese language
- Portuguese language, cultural history
- language, that i wanted to learn
- Cultural and Literature reasons
- Improve my Portuguese (I'm a foreign languages student).
- teachers speaks french
- improve portuguese language skills
- it is a country quite far from my homeplace
- I study Portuguese Language and literature
- I wanted to check country further away from my country (Poland)
- (2x) language
- It's a long story...
- interest in Brazil first, then portuguese speaking world, i practice Capoeira, have friends in Lisboa
- Personal interest

- I wanted to start my traveling journey where Da Gama started his (no joke, is was my main reason)
- For the language
- student of pt language in home university
- studying Portuguese and better understanding the word: "saudade"
- Because I was/am studying Portuguese Literature
- exchange program with my home university
- Since I speak a little bit of Portuguese (A1) I thought it would be nicer to choose a country I know
- Portuguese was part of my studies
- Academic interest (I'm studying Portuguese Studies at my home university)
- Cultural experience
- wish to learn portuguese
- border of europe
- Randomly. I chose between Russia, Estonia, Finland, Hungary and Portugal by picking a paper
- To improve my knowledge of Portuguese language
- I studied portugues and i had visited Lisbon during the secondary school. I love it!
- because I speak portuguese
- love for the portuguese literature
- Experiences with the beautiful city already in 2009- i did a portuguese language course in Faculdade
- improve language skills
- I'm studying Portuguese
- because I studied portuguese
- portuguese language
- I study Portuguese language.
- Escolhi Portugal por causa dos meus estudos que abrangem a linguística (no meu caso principalmente a
- own Portuguese roots
- Interest in the language and culture
- research
- buena filosofía, pueblo muy digno pero poco valorado y olvidado. Lisboa es lo cercano pero diferente
- I studied portuguese in Italy and I wanted both to improve the language and know really the country
- Portuguese language and literature is my main course at the university
- the major subject of my studies is portuguese language
- Because i study Portuguese language in my home university

Why did you choose Lisboa for Erasmus destination (more than one available)

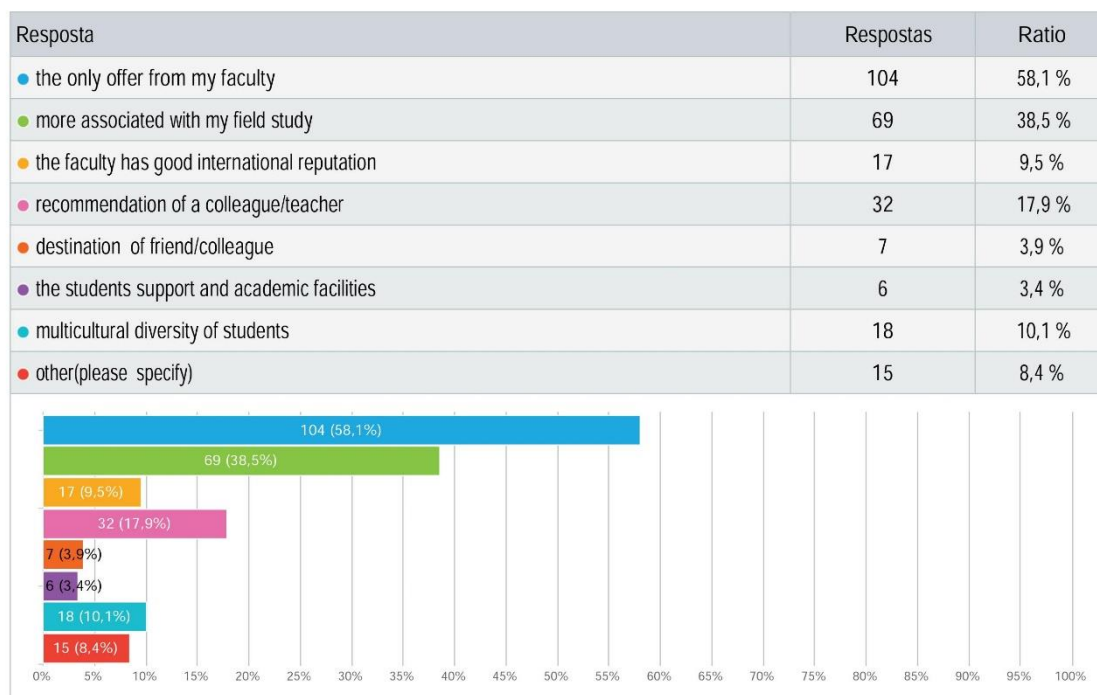
Seleção múltipla, mais possíveis, respostas 178x, Não respondido 1x



- because I already knew Porto and wanted to live in the capital for a while.
- wanted to know how it is living in much more bigger city us mine (Riga)
- i didn't get the first destination i applied for
- Because it's the capitale.
- partnership with my home university and they were the first of my applications accepting me
- FOOD; LANGUAGE
- I have family in Lisbon.
- Family in Lisbon
- Language
- Because it was one of my erasmus choices
- erasmus agreement with my university
- if i remember well, it was the only option in Portugal
- Lisbon is different from the other European capitals, I was very curious
- because I already visited and I liked it
- partner university of my home university
- Lisbon was the only destination in Portugal available for my home-faculty
- only destination available in my home university.
- same thing...
- it has contract with my home faculty, my capoeira group trains in Lisboa, friends, big city
- I had already been there and I fell in love with the city
- No specific reason. I just liked the idea of living in capital of Portugal.
- good UNI
- Because it is the capital city
- Erasmus offer
- UL had the same master profile I had in my native University (no other in Portugal, then)
- Education. Lisbon had a good university for students focused on humanities
- the only offer from my faculty
- the only possibility
- only city in Portugal with the same BA as in Germany
- my friends live there
- cultural centre and best place in which study
- beautiful city
- it was my only choice from Portugal... Plus it is a capital. A friend of mine recommended Portugal
- only portuguese connection with the hungarian university
- porque considero Lisboa como uma cidade mais bonita e interessante de Portugal e também bem localizada
- good weather, close to the beach
- research

Why did you choose Faculdade de Letras Universidade de Lisboa for Erasmus destination (more than one available)

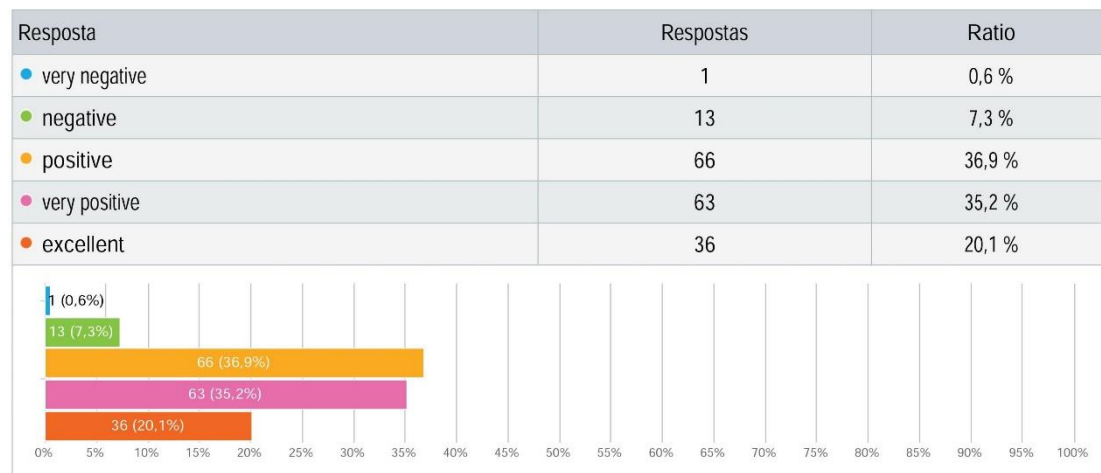
Seleção múltipla, mais possíveis, respostas 179x, Não respondido 0x



- it was the only one place which accepted my application and answered that I can join the team.
- I found lots of subjects that Nova doesn't offer
- The only available faculty in Lisbon.
- Estudava no Igot então tive que ir pra a FLUL pra estudar as linguas
- They were very flexible in making a new partnership with my home university.
- The choice of modules on Asia
- it offers the possibility to stay whole academic year
- same answer as previous
- Because I didn't want to go to the other choice, the private university
- because I wanted to study Portuguese, I have belonged to Faculdade de Bellas Artes
- I attended Portuguese Summer Course 3 years ago and I loved the teacher and the faculty in general
- only possibility to study the same BA as in Germany
- My faculty selected this one for me.
- I already knew it from language course in 2009
- Interest in the language

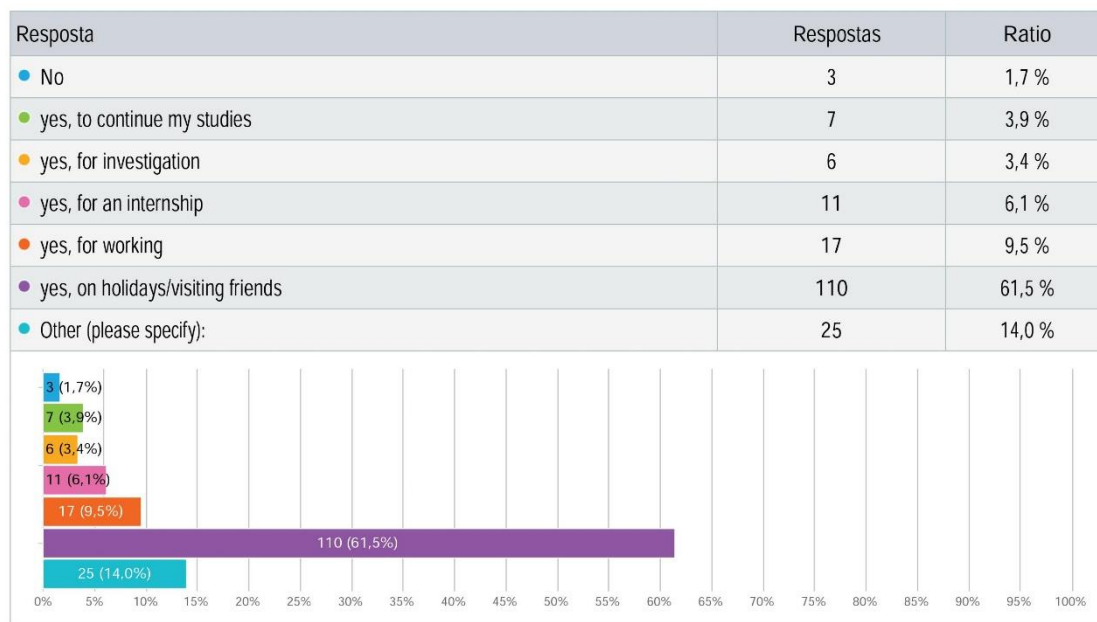
How do you describe your Erasmus experience at Faculdade de Letras Universidade de Lisboa?:

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x



Are you planning to come back to Portugal after your Erasmus?

Seleção simples, respostas 179x, Não respondido 0x

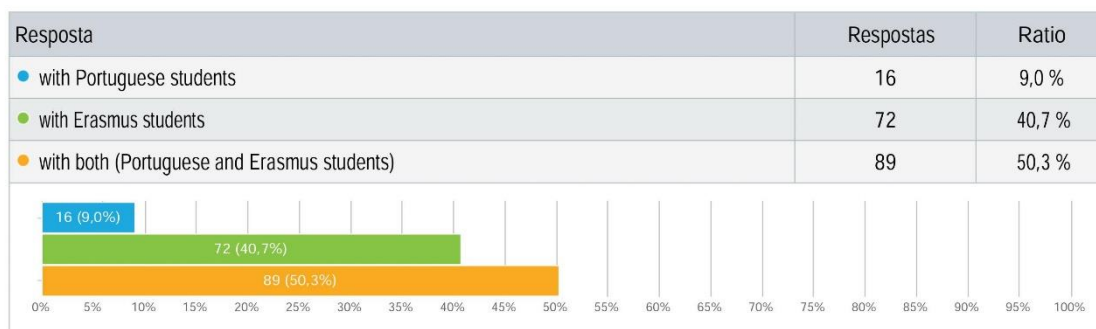


- Already came back and currently my Masters at Nova
- Don't know yet
- I often go back on holidays, but I'd like to stay for a longer period.
- Pra ser feliz
- Yes, I would like to live there :)
- yes, to live here
- I'd like to move to Portugal.
- Yes if I can find work in Lisbon
- just yes because I want to be back and feel the atmosphere, good memories :)
- I have already come back there both on holidays and for a trainship. I'm planning to move there in f
- i already did, I did internship, I did more language course, I visited my friends and I will work:)
- Visiting friends/continue my studies
- I would love to travel more in Portugal, especially in the south.
- I'm still here...
- Yes I would like, in general speaking but it's difficult
- I am now living in Portugal. Not in Lisbon, but for sure it helps. I do not work in what I was studi
- I'm already back doing my traineeship in Oporto :)

- yes I stayed 2 years more
- Yes, but only because my boyfriend wants to take the night train to Lisbon (book lover)
- I still stand in Portugal after Erasmus
- I already did it.
- yes, both for friends and work perhaps
- yes, for working (if God wants), and holidays ofc
- for an internship, on holidays (visiting friends) and in the future maybe also for working :)
- Maybe in holidays, or for living and working there

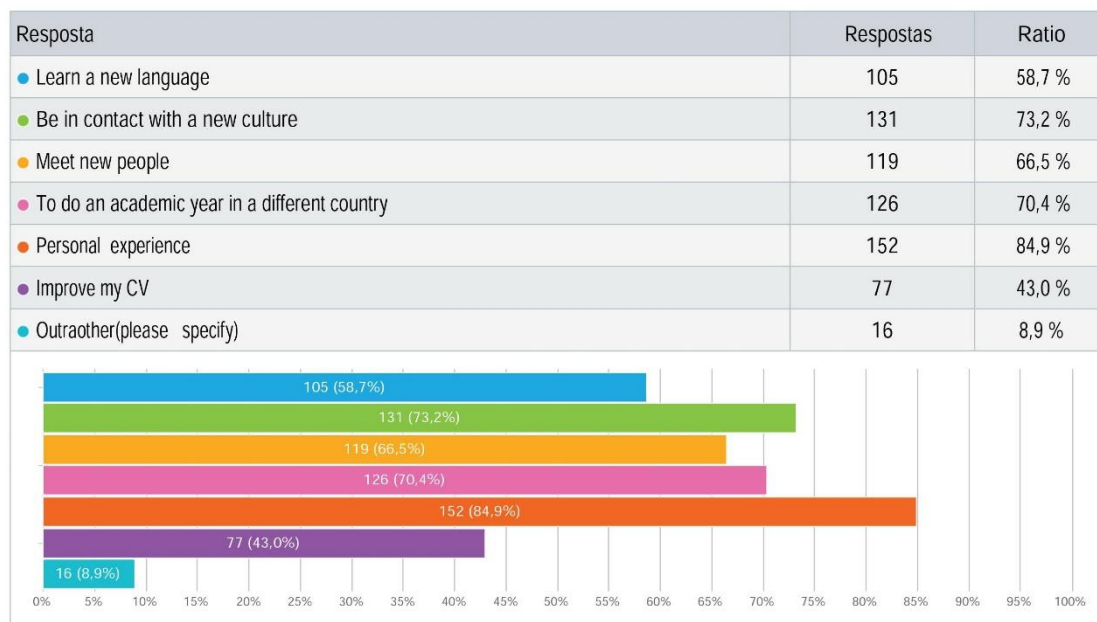
During your Erasmus mobility, with who you were more in touch?

Seleção simples, respostas 177x, Não respondido 2x












Why did you decide to do Erasmus? (more than one available)

Seleção múltipla, mais possíveis, respostas 179x, Não respondido 0x



- Improve language skills
- Improve portuguese language
- It was compulsory in my course
- It was in my year in Master : we had to move in european country
- To live in portugal
- for the adventure
- Because I love traveling
- Just to live abroad and get more independent.
- as a natural part of my studies
- I don't know. There was something telling me I should try. No one reason.
- Mandatory part of my course of studies
- practice language that I have already know quite good, but not perfect
- I'm often abroad, and with Erasmus I got paid for traveling
- I had to
- research and professional experience
- I wanted to go to Portugal and spend there some time, also to improve my Portuguese

Preferências de inquérito

	Questões por página	Múltiplas
	Permitir submissões múltiplas?	✓
	Permitir retornar às questões anteriores?	✓
	Mostrar os números das perguntas?	
	Randomizar a ordem das perguntas?	
	Mostrar indicador de progresso?	✓
	Receber notificações de respostas por e-mail?	
	A proteção de palavra-passe?	
	Restrição de IP?	

Apêndice: Inquérito

Questionnaire for Erasmus student in Faculty of Letters (ULisboa)

Dear student,

Thanks for your time, the informations gathered from this questionnaire will be used for statistic about the Erasmus in our faculty.

Year of birth:

Gender

☐ Male ☐ Female ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Nationality:

In which academic level have you attended your Erasmus mobility?

☐ Bachelor

☐ Master ☐

☐ PhD

In which period have you attended your mobility?

☐ 1º Semester

☐ 2º Semester

☐ full academic year

How do you consider your level of Portuguese language at the beginning of the Erasmus program in Portugal?

- ☐ A1
- ☐ A2
- ☐ B1
- ☐ B2
- ☐ C1
- ☐ C2
- ☐ Native/bilingual

How do you consider the level of Portuguese language at the end of Erasmus program in Portugal:

- ☐ A1
- ☐ A2
- ☐ B1
- ☐ B2
- ☐ C1
- ☐ C2
- ☐ Native/bilingual

Did you attend any courses of Portuguese language during the Erasmus mobility?

- ☐ No
- ☐ Yes, in language school
- ☐ Yes, offered by the faculty

If you attended the language course in the faculty, which one did you do:

- ☐ Summer course
- ☐ Intensive – 1 month (September)
- ☐ 1º semester
- ☐ 2º semester

Why did you choose Portugal as destination (more than one answer available):

- ☐ safe destination
- ☐ country rich of natural and turistic beauty
- ☐ nice weather
- ☐ good quality of life with low costs
- ☐ nice social life
- ☐ portuguese friends
- ☐ curiosity about the country
- ☐ other (please specify)

Why did you choose Lisboa for Erasmus destination (more than one available)

- ☐ recommendation of colleague/teacher
- ☐ destination of friend/colleague
- ☐ attractive nightlife
- ☐ safe destination
- ☐ old and fascinating capital
- ☐ heritage and natural beauties
- ☐ low cost city
- ☐ other (please specify)

Why did you choose Faculdade de Letras Universidade de Lisboa for Erasmus destination (more than one available)

- ☐ the only offer from my faculty
- ☐ more associated with my field study
- ☐ the faculty has good international reputation
- ☐ recommendation of a colleague/teacher
- ☐ destination of friend/colleague
- ☐ the students support and academic facilities
- ☐ multicultural diversity of students
- ☐ other (please specify)

How do you describe your Erasmus experience at Faculdade de Letras Universidade de Lisboa?:

- ☐ very negative
- ☐ negative
- ☐ positive
- ☐ very positive
- ☐ excellent

Are you planning to come back to Portugal after your Erasmus?

- ☐ No
- ☐ yes, to continue my studies
- ☐ yes, for investigation
- ☐ yes, for an internship
- ☐ yes, for working
- ☐ yes, on holidays/visiting friends
- ☐ Other (please specify):

During your Erasmus mobility, with who you were more in touch?

- ☐ with Portuguese students
- ☐ with Erasmus students
- ☐ with both (Portuguese and Erasmus students)

Why did you decide to do Erasmus? (more than one available)

- ☐ Learn a new language
- ☐ Be in contact with a new culture
- ☐ Meet new people
- ☐ To do an academic year in a different country
- ☐ Personal experience
- ☐ Improve my CV
- ☐ Other (please specify)